

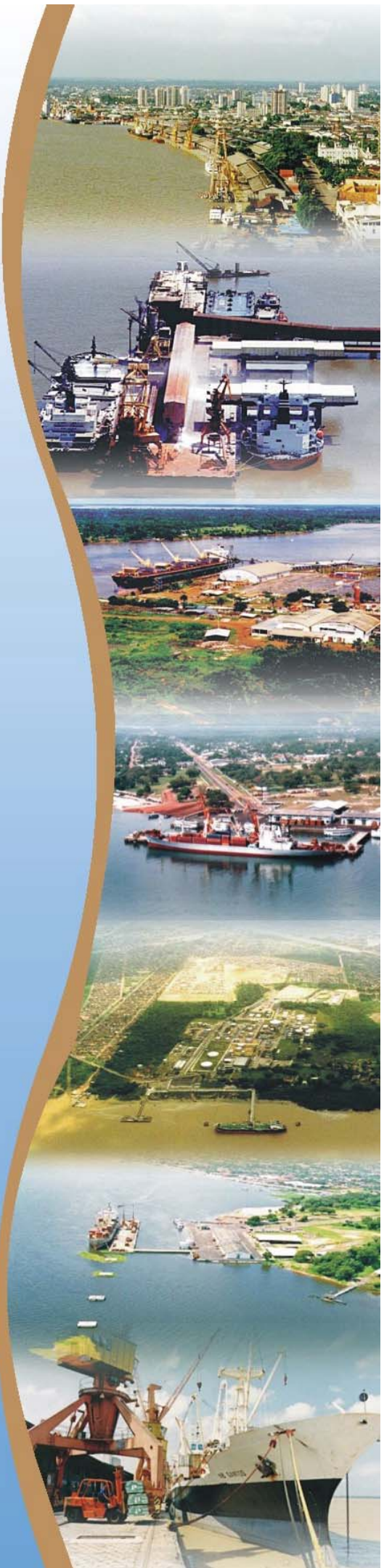


Companhia Docas do Pará
Autoridade Portuária

RELATÓRIO DE GESTÃO 2001



**MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES**





Companhia Docas do Pará
Autoridade Portuária

RELATÓRIO DE GESTÃO

2001

Av. Presidente Vargas, 41 – Centro
Cep-66010-000 – Belém – Pará

Companhia Docas do Pará – CDP

Autoridade Portuária

Vinculada ao Ministério dos Transportes

Conselho de Administração

Presidente Wildjan da Fonseca Magno

Membros Carlos Acatauassú Nunes
Francisco Chagas Alcântara de Oliveira
Rogério Amado Barzellay
Ovídio Gasparetto
Cristóvam Silva da Cruz

Conselho Fiscal

Presidente Aristarte Gonçalves Leite Junior

Membros Montesquieu Targino Alves
Claudia Regina Gusmão

Diretoria Executiva

Diretor Presidente Carlos Acatauassú Nunes
Diretor de Gestão Portuária Kleber Ferreira de Menezes
Diretor Administrativo – Financeiro Guilherme de Oliveira Braga

Superintendentes de Hidrovias

Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR Elmir Nobre Saady

Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR Rogério Amado Barzellay

Gerentes

Infra-Estrutura Moacir Araújo Corrêa
Normatização, Fiscalização e Controle Otilio Nélio da Conceição
Recursos Humanos Walter Pereira da Silva
Financeiro Vicente de Oliveira
Administrativo Mário Pinheiro Filho

Administração dos Portos

Belém José Luís Gama de Castro
Miramar Evandro Oliveira de Medeiros
Vila do Conde Antônio Carlos de Brito Barbosa
Santarém Wilmar Nonato da Cruz Frazão
Macapá Celso Mariano de Oliveira Barros
Itaituba Ismail Pinto Delgado
Óbidos Manoel Mauradi Moraes
Altamira Alan Charles T. da Costa



Apresentação	1
Contexto Institucional	2
Ações Desenvolvidas 2001	4
Efetividade no Cumprimento da Missão Institucional	4
Gestão Portuária	9
Ações de Gestão do Zoneamento e Desenvolvimento dos Portos	9
Ações de Gestão Operacional	20
Gestão Administrativa e Financeira	26
Gestão de Recursos Humanos	26
Indicadores de Desempenho de Processo	29
Indicadores Econômico Financeiros	30
Ações Programadas para 2002	31
Porto de Vila do Conde	31
Porto de Santarém	33
Porto de Macapá (Santana-AP)	34
Porto de Belém e Terminal Petroquímico de Miramar	35
Demonstrações Financeiras	36
Balanço Patrimonial	36
Demonstração dos Resultados	37
Origens e Aplicações dos Recursos	38
Mutações do Patrimônio Líquido	39
Notas Explicativas	40
Outras Demonstrações	45
Demonstrativo do Acompanhamento da Execução Orçamentária	45
Fiscalização e Controle de Órgãos de Previdência Privada	51
Sindicâncias, Processos e Diligências	56
Processos e Diligências da SECEX	57
Convênio 001/95 – União/DHI/CDP	58
Auditorias	60
Financiamentos com Recursos Externos	60

Apresentação

Apresentação

O presente Relatório de Gestão obedece aos dispositivos da Instrução Normativa 02/2000, da Secretaria de Controle Interno – SRI, bem como às disposições da legislação das sociedades anônimas.

Seu conteúdo demonstra a atendimento aos objetivos dos Programas de Governo Federal, no âmbito da competência da Companhia Docas do Pará – CDP, especialmente no que se refere à montagem e desenvolvimento da infra-estrutura dos portos explorados pela empresa.

A proposição do Complexo Portuário do Rio Pará, articulando as ações de crescimento dos portos de Belém, Vila do Conde e Terminal de Miramar emerge como principal objetivo dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento de cada um deles.

A transformação de Santarém em importante pólo exportador de grãos, com a implantação de terminais adequados de embarque em grandes navios, dotando-se da infra-estrutura de acesso viário e de estocagem, destaca-se como outro objetivo importante.

Para o porto de Macapá, reserva-se o apoio ao desenvolvimento do estado do Amapá, através das atividades de sua ZLCMS – Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Ao lado dos investimentos e atividades de planejamento e obras, segue a empresa buscando o incremento da qualidade dos serviços por ela ofertados, seja diretamente ou através de parceiros.

Destaca-se neste esforço, o desenvolvimento dos recursos humanos, pela capacitação e pelo apoio motivacional, criando-se o ambiente adequado ao trabalho profícuo.

Aos operadores portuários e demais parceiros prestadores de serviços logísticos os agradecimentos pela contribuição valiosa que cada um vem agregando ao processo de modernização dos portos brasileiros.

Aos acionistas e aos funcionários da empresa, a certeza do fortalecimento constante da CDP, cujo crescimento e consolidação os resultados colhidos em 2001, demonstrados neste Relatório, são os frutos da colaboração e confiança depositada na Diretoria Executiva, que agradecemos.

A DIRETORIA EXECUTIVA

Contexto Institucional



A Companhia Docas do Pará – CDP é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com prazo de duração indeterminado.

Em razão de convênios celebrados com o Ministério, através do então Departamento Nacional de Transportes Aquaviários da Secretaria Nacional de Transportes (SNT/DNTA), a CDP realiza a supervisão administrativa de hidrovias, através da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR e da Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR, sediadas em Belém e Goiânia, respectivamente.

Objeto Social - O Estatuto estabelece como objeto social da CDP:

“realizar, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Transportes, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Pará, podendo administrar e explorar comercialmente, mediante convênio, portos organizados e instalações portuárias em outros estados e vias navegáveis interiores”.

Complementa o objeto social, a possibilidade de *“desenvolver atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços”.*

Competência - Para realização do objeto social é competência da CDP:

- a.) Estabelecer agências, escritórios ou representações onde for necessário ao desempenho de suas atividades;
- b.) Captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados na execução de sua programação;
- c.) Participar de outras entidades, públicas ou privadas como sócio ou acionista;
- d.) Promover a realização de estudos, planos e projetos de construção, ampliação, melhoramento, manutenção e operação dos portos e instalações portuárias sob sua administração;
- e.) Promover a realização de obras e serviços de construção, ampliação e melhoramento dos portos e instalações portuárias sob sua administração;
- f.) Promover a realização de obras e serviços de defesa de margens e costas e de fixação de dunas, desde que necessários à proteção dos portos e seus acessos;
- g.) Promover a retirada dos cascos e outros objetos submersos que obstruam ou impeçam a navegação nos portos ou em seus acessos;
- h.) Fiscalizar a administração e exploração de terminais privativos localizados em sua zona de jurisdição

Âmbito de Atuação - A Companhia Docas do Pará - CDP tem sob sua responsabilidade a exploração e administração dos seguintes portos organizados:

No Estado do Pará – os portos de Belém, Vila do Conde e Santarém e o Terminal Petroquímico de Miramar, além dos portos de Altamira, Itaituba, Óbidos e Barcarena (São Francisco); no Estado do Amapá – o porto de Macapá.

Na Região Amazônica e Centro Oeste do Brasil - a supervisão administrativa das hidrovias da Amazônia Oriental e do Tocantins – Araguaia, através da Administração de Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR e da Administração de Hidrovias do Tocantins - Araguaia – AHITAR.

O PAPEL DA CDP

A Companhia Docas do Pará é a Autoridade Portuária dos portos organizados de Belém, Santarém e Vila do Conde, no estado do Pará, e do Porto de Macapá, no estado do Amapá, desempenhando as atividades de exploração, desde a regulamentação das operações, a pré-qualificação de operadores, a fixação das tarifas e a fiscalização das operações portuárias, zelando para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente.

A Autoridade Portuária presta, ainda, apoio técnico e administrativo aos Conselhos de Autoridade Portuária - CAP e aos Órgãos Gestores de Mão de Obra – OGMO, além da fiscalização de obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias, assegurando, ao comércio e à navegação, o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento dos portos.

Além dos portos organizados de Belém e Terminal Petroquímico de Miramar, Vila do Conde, Santarém e Macapá, a CDP administra os portos de Altamira, Itaituba, Óbidos e Barcarena (São Francisco) e, por convênio, através da AHIMOR e AHITAR, as hidrovias da Amazônia Oriental e dos rios Tocantins e Araguaia .

A IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Missão

Promover a integração entre os diversos modais de transporte através da oferta de instalações e serviços portuários e de hidrovias de alto padrão de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social dos Estados do Pará e Amapá e da Região Amazônica e Centro Oeste do Brasil, buscando a satisfação dos seus clientes diretos e indiretos

Negócio

A exploração de portos organizados e de hidrovias interiores, pela oferta de instalações e de infra-estrutura, prestação de serviços, impulso e regulação de soluções de intermodalidade de transporte.

Visão de Futuro

Ser uma autoridade portuária de referência nacional e mundial, pelo desempenho e qualidade das instalações e serviços prestados sob sua responsabilidade, assegurando a competitividade dos usuários e parceiros e propiciando condições de desenvolvimento aos seus empregados e colaboradores.

Ações Desenvolvidas - 2001

EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL

Em seus principais portos, a Companhia Docas do Pará - CDP movimentou, em 2001, cerca de 9,87 milhões de toneladas, apresentando crescimento de 0,04%, em relação ao ano anterior.

Enquanto o porto de Belém teve sua movimentação aumentada em 16,3% nas exportações e 11,7% nas importações, o Terminal Petroquímico de Miramar obteve crescimento de 1,9% nos embarques e 0,6% nos desembarques; Macapá e Vila do Conde decresceram 8,4% e 4,3% nas exportações e 65,0% e 0,05% nas importações, respectivamente.

Santarém decresceu 5,5% nas exportações e aumentou 12,0% nas importações.

O quadro seguinte demonstra, de forma comparativa, a movimentação nos portos administrados pela CDP, classificando por sentido – exportação e importação - nos anos de 2000 e 2001.

**Companhia Docas do Pará
Comparativo da Movimentação Geral de Cargas
Anos de 2000 e 2001**

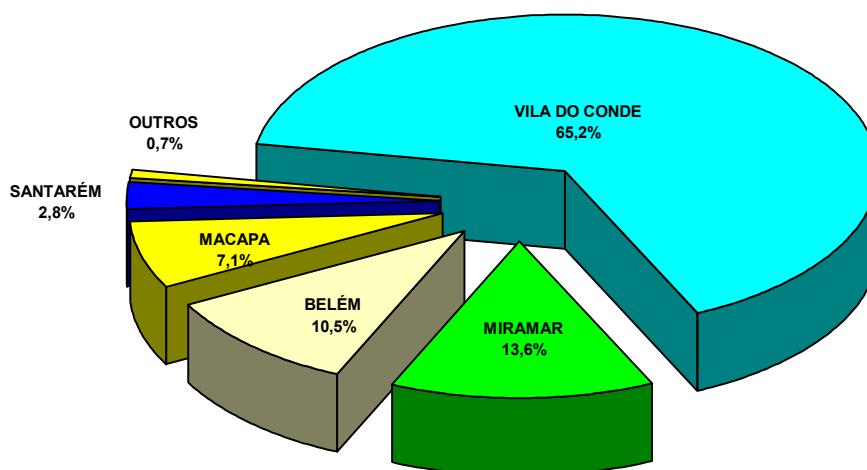
em toneladas

PORTO	E X P O R T A Ç Ã O		Variação %	I M P O R T A Ç Ã O		Variação %
	2000	2001		2000	2001	
BELÉM	649.624	755.476	16,29	254.666	284.341	11,65
MIRAMAR	211.408	215.453	1,91	1.118.126	1.124.799	0,60
SANTARÉM	122.272	115.531	-5,51	145.914	163.411	11,99
MACAPA	736.494	674.854	-8,37	75.759	26.501	-65,02
VILA DO CONDE	1.502.895	1.437.811	-4,33	5.003.108	5.000.672	-0,05
OUTROS	19.725	43.018	118,09	27.699	29.895	7,93
TOTAL	3.242.418	3.242.143	-0,01	6.625.272	6.629.619	0,07

As importações de bauxita a granel para o complexo de indústrias de Vila do Conde continuam a ser a movimentação predominante, embora com pequeno decréscimo em relação ao ano anterior. Em 2001, foram descarregadas 4,1 milhões de toneladas de bauxita em Vila do Conde, o que representa, em peso, 41,8% de todas as cargas movimentadas pelos portos administrados pela CDP.

Considerando todas as cargas, importadas e exportadas, de cabotagem, longo curso e fluvial, cabe a Vila do Conde a responsabilidade da operação de cerca de 65,2% de toda a movimentação dos portos administrados pela CDP. Miramar vem em segundo lugar, com 13,6%, seguindo-se Belém, com 10,5%, Macapá, com 7,1% e Santarém com 2,8%. Os demais portos – Altamira, Itaituba, Óbidos, São Francisco – respondem por apenas 0,7%.

Portos Administrados pela CDP
Composição da Movimentação por Porto
Ano de 2001



A composição do tráfego, segundo as formas de movimentação é a seguinte:

- > Granéis sólidos – 62,8%
- > Granéis Líquidos – 22,6%
- > Carga Geral Solta – 10,2%
- > Contêineres – 4,4%.

A predominância dos graneis, fenômeno que ocorre em todo o tráfego marítimo internacional, observa-se especialmente em Vila do Conde, por sua característica principal de complexo industrial – portuário, onde essa movimentação representa 94,7% do total.

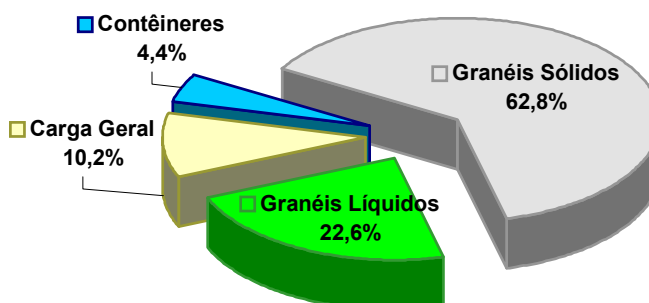
O Terminal Petroquímico de Miramar serve para atender, com exclusividade, à carga e descarga de graneis líquidos, enquanto que em Belém a carga geral responde por 82,7% da movimentação, cabendo os restantes 17,3% aos grãos – trigo e cevada – a granel.

Em Belém, a madeira, serrada, compensada e industrializada, responde por 73,3% das cerca de 860mil toneladas de carga geral em Belém, onde ocorre a maior movimentação de contêineres em todos os portos da região, correspondendo a 28.769 unidades de 20' e de 40', ou 48.154 TEU (unidades equivalentes de vinte pés), com 418.757 toneladas ou 48,7% da carga geral, mantendo-se nos níveis do ano anterior.

Em Macapá, a principal carga é o cavaco de madeira a granel exportado para a fabricação de celulose e papel,. Os resíduos dessa produção (cascas de *pinus*) são embarcados por via fluvial, para servirem como combustível industrial. Esses dois itens somaram cerca de 672 mil toneladas, em 2001, correspondendo a 95,8% da movimentação total.

Assim, o complexo ou conjunto de portos administrados pela Companhia Docas do Pará cumpre sua missão, oferecendo instalações portuárias de alto padrão de qualidade, contribuindo, decisivamente, para o desenvolvimento econômico e social dos estados do Pará e Amapá e da Região Amazônica.

Portos Administrados pela CDP
Composição da Movimentação Total
Ano de 2001



O quadro seguinte mostra as principais mercadorias movimentadas através do conjunto de portos sob a responsabilidade da CDP, segundo os fluxos de importação e exportação, por longo curso, cabotagem e navegação fluvial.

Companhia Docas do Pará – CDP

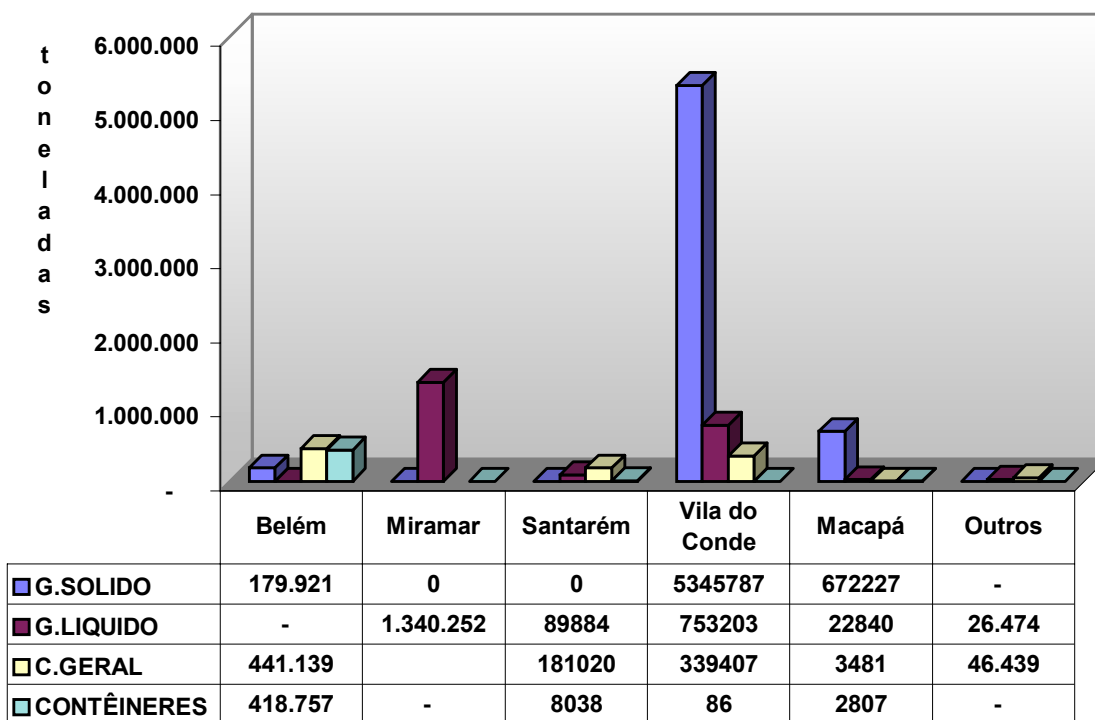
Movimentação Geral de Cargas

Ano de 2001

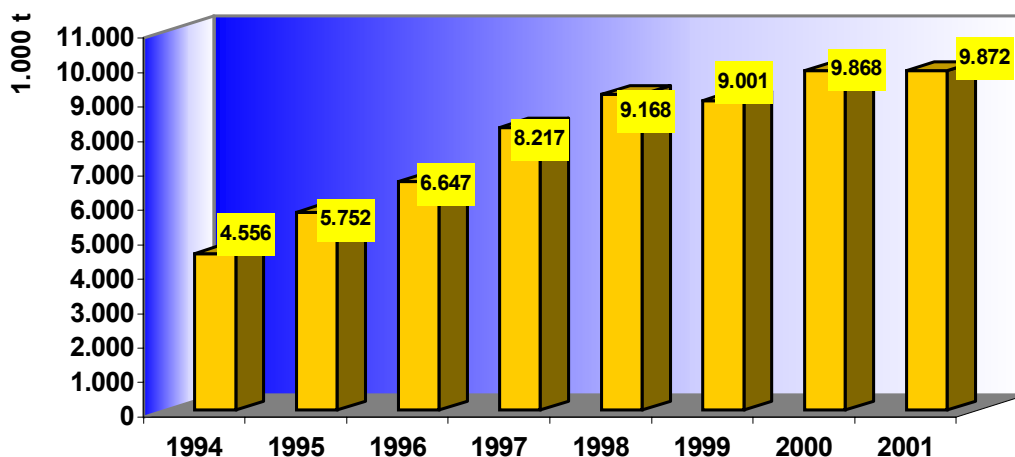
			Em toneladas
IMPORTAÇÃO	6.629.619	EXPORTAÇÃO	3.242.143
LONGO CURSO	829.484	LONGO CURSO	2.584.442
Soda Cáustica	282.178	Alumina	835.912
Trigo	179.921	Madeira e Artefatos	722.336
Cevada	9.890	Cavaco de Madeira	511.289
Coque	132.706	Alumínio	317.234
Combustíveis Líquidos	160.795	Hidrato de Alumina	77.274
		Pimenta do reino	38.307
		Caulim	23.554
		Silício Metálico	15.824
Diversos	63.994	Diversos	52.691
CABOTAGEM	5.477.746	CABOTAGEM	82.785
Bauxita	4.125.932	Alumina	79.472
Combustíveis Líquidos	1.350.960		
Diversos	854	Diversos	3.313
FLUVIAL	322.389	FLUVIAL	574.916
Combustíveis Líquidos	172.011	Combustíveis Líquidos	340.918
Madeira (toras, serrada e compensada)	93.694	Casca de Pinus	160.677
		Madeira	33.487
		Areia	5.400
Diversos	56.684	Diversos	34.434

Os gráficos a seguir resumem a movimentação geral dos portos explorados pela CDP no ano de 2001.

Movimentação de Cargas nos Portos Administrados pela CDP
Ano de 2001



Evolução da Movimentação Geral de Cargas
1994 a 2001



GESTÃO PORTUÁRIA

As atividades de gestão portuária da Companhia Docas do Pará permanecem sendo desenvolvidas dentro dos objetivos e propostas do **Programa de Modernização dos Portos Brasileiros**.

Os principais focos das ações de gestão portuária são:

- > Gestão da infra-estrutura ou do zoneamento e desenvolvimento portuário;
- > Gestão Operacional e
- > Gestão de Normatização, Fiscalização e Controle.

Ações de Gestão do Zoneamento e Desenvolvimento dos Portos

A CDP vem atendendo satisfatoriamente, como já referido, a demanda atual do tráfego em seus diversos portos.

A relativa estabilização da movimentação de cargas em 2001, comparativamente ao ano anterior, deve ser atribuída, em grande parte, ao programa de racionamento de energia elétrica, o qual afetou, especialmente, a produção das usinas do complexo de alumínio da ALBRÁS – ALUNORTE.

Entretanto, as instalações para movimentação de graneis sólidos de Vila do Conde estão operando no limite de sua capacidade, necessitando serem ampliadas, de modo a atender ao crescimento das demandas geradas pelos projetos de aumento de capacidade de produção das referidas unidades industriais.

Os dados apurados sobre a produtividade em Vila do Conde, por exemplo, indicam números bastante expressivos, condizentes com o nível de especialização e a eficiência operacional.

Enquanto isso, as taxas de ocupação dos berços operacionais atingiram, em 2001, valores médios anuais muito altos.

Os quadros seguintes mostram a produtividade média na movimentação das principais cargas movimentadas, calculadas com base no tempo de atendimento ou atracação, para o ano de 2001, bem como as taxas de ocupação dos berços de Vila do Conde.

Porto de Vila do Conde
Produtividade Operacional Média
Ano de 2001

Em t/dia

Produto ou Carga	Produtividade Média
Bauxita	22.343
Alumina	15.216
Soda Cáustica	10.533
Derivados de Petróleo	5.862
Alumínio	5.366
Hidrato de Alumina	5.028
Piche	1.236
Carga Geral	514
Demais Produtos (*)	1.867

(*) - como “demais produtos” são considerados, principalmente: caulim, coque, fertilizantes e fluoreto.

Porto de Vila do Conde
Taxas Médias Anuais de Ocupação dos Berços
Ano de 2001

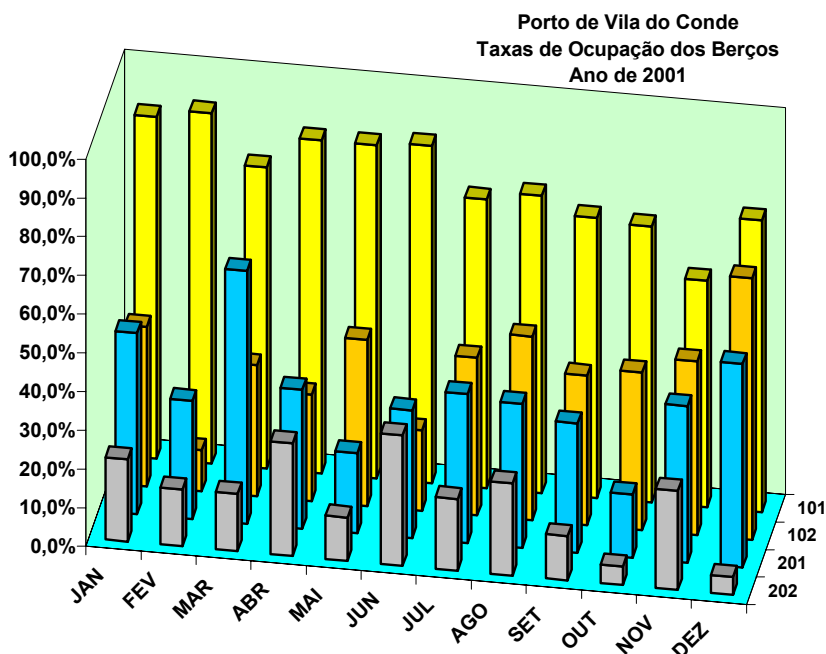
Em % do tempo disponível

Berço 101	79,7%
Berço 102	39,9%
Berço 201	37,5%
Berço 202	17,8%

Para o berço 101, onde está instalado o descarregador de bauxita e carregador de alumina, essas taxas de ocupação variaram desde 58,6%, em novembro, até 90,5%, em fevereiro, o que significa congestionamento intenso.

Nos demais berços, as taxas de ocupação, embora mais baixas, aproximam-se de níveis que começam a ser preocupantes, sendo necessária a expansão da capacidade operacional do porto, desenvolvendo-se instalações especializadas para as cargas que apresentam as maiores demandas.

O gráfico seguinte mostra as taxas médias mensais de ocupação dos berços de Vila do Conde.



Assim, a capacidade de descarregamento de granéis sólidos em Vila do Conde a exigir a disponibilização de novos berços operacionais para a bauxita e a alumina, matéria prima e produto do complexo alumínico ali instalado.

Quanto ao porto de Belém, embora os dados de produtividade para as diversas cargas e as taxas de ocupação dos berços indiquem atendimento satisfatório, as limitações de profundidades, além da pequena disponibilidade de áreas para estocagem de contêineres, dificultam a atração de novas linhas regulares de navegação para atendimento ao comércio.

A implantação de um terminal especializado para a movimentação de contêineres, em Belém, como ficou demonstrado no PDZP ou Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário aprovado pelos Conselhos de Autoridade Portuária de Belém, Vila do Conde e Santarém, enfrenta, assim, severas restrições, face aos calados dos novos navios que estão sendo utilizados nesses serviços.

A ampliação do papel de Vila do Conde, passando a ser um complexo portuário de âmbito ainda mais abrangente que o atual, servindo também como o principal porto de contêineres, carga geral solta e granéis líquidos da região, nortearam as ações desenvolvidas pela gestão de desenvolvimento e zoneamento, sem descuidar da melhoria das condições existentes em cada porto.

De acordo com a programação definida para o exercício de 2001, foram efetivadas as seguintes ações de desenvolvimento, objetivando facilitar e aumentar a capacidade de movimentação de cargas, em consonância com a demanda da região de influência dos portos e hidrovias explorados pela Companhia:

Porto de Vila do Conde

Ao longo do ano de 2001, a área de gestão de infraestrutura reformulou a proposição do Plano de Zoneamento e Desenvolvimento do Porto de Vila do Conde, consolidando as diversas demandas negociadas a partir de manifestações dos interessados na utilização das instalações do porto organizado.

Destacam-se as seguintes projeções de demanda para movimentação, no curto prazo (até 2005):

Porto de Vila do Conde
Projeções de Movimentação de Cargas
2003 e 2005

Em 1000 t

Usuário	2003	2005
ALBRÁS/ALUNORTE	10.957	11.957
USIPAR	150	350
BP AMOCO		1.000
Diversos	590	700
Transferência de Belém	500	750
TOTAL	12.197	14.757

As demandas projetadas recomendam a construção das seguintes instalações especializadas;

1. para atendimento ao aumento da movimentação de insumos e produtos da ALBRÁS/ALUNORTE – o píer 1 passará a dedicar-se, exclusivamente, à movimentação de granéis sólidos, aumentando a capacidade de descarga de bauxita do berço 101, destinando-se o 102 para embarque de alumina e descarga de coque e piche;

2. O píer 2 terá o berço 201 especializado para carga geral, enquanto o 202 continuará a atender ao tráfego fluvial de balsas tanques;
3. deverão ser acrescentados dois novos berços a serem dedicados à futura movimentação de contêineres, transferidos de Belém e produtos siderúrgicos:
 - > no enraizamento da ponte dos píeres deverá ser construído o terminal fluvial, dedicado à transferência hidroviária de contêineres e carga geral de/para Belém;
 - > no prolongamento do píer 2 serão construídos dois berços para navios de contêineres e de produtos siderúrgicos, um em cada lado (o denominado “píer 3”);
4. os granéis líquidos – soda cáustica, álcool e derivados de petróleo – passarão a ser operados em outro terminal (o chamado “píer 5”), ligado ao parque de tanques de estocagem por conjunto de dutos submersos.
5. o novo Plano de Desenvolvimento de Vila do Conde reserva, ainda, a possibilidade de implantação de terminal específico para grãos agrícolas e nova expansão do píer 2, a ser denominada de “píer 4”;

Considerando as disponibilidades dos recursos previstos na lei orçamentária para investimentos do exercício 2001, foram desenvolvidas as ações programadas seguintes:

- > Ampliação do píer nº 2. – realizados cerca de 99,5%;
- > Obras de contenção de talude - realizados cerca de 66.2%;
- > Outros melhoramentos - realizados cerca de 27,4% do proposto.

Prevê-se a conclusão de todas essas ações durante o ano de 2002.

O desenho seguinte detalha as diversas proposições do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento de Vila do Conde.



- | | | |
|---|--|---|
| 1 Área ALBRÁS/ALUNORTE | 7 Área de apoio operacional | 13 Zona de expansão da retaguarda portuária |
| 2 Área de recepção de cargas fluviais | 8 Terminal de granéis líquidos | 14 Zona de integração porto/indústria |
| 3 Pátio de contêineres – fase I | 9 Áreas industriais arrendadas | 15 Setor habitacional |
| 4 Pátio de contêineres e carga geral – fase II | 10 Reserva florestal | 16 Centro de atendimento integrado e zona de apoio logístico |
| 5 Área de cargas diversas | 11 Áreas de empreendimentos industriais | |
| 6 Zona de apoio logístico e industrial | 12 Áreas vinculadas a estocagem específicas | |

Porto de Belém e Terminal Petroquímico de Miramar

As ações realizadas centraram-se na melhoria das condições operacionais, com a ampliação da área para estocagem de contêineres, com a demolição de velhos e obsoletos galpões, não incluídos nas edificações de preservação cultural e arquitetônica, bem como a continuidade de outras construções e obras tais como:

1. substituição da rede geral de suprimento de água potável;
2. recuperação de guindastes de pórtico e nivelamento dos trilhos de apoio;
3. dragagem do canal de acesso;
4. reforma e recuperação estrutural das estacas do píer nº1 e na superestrutura do píer 2 do Terminal Petroquímico de Miramar
5. ampliação da rede lógica e upgrade; aquisição de equipamentos de informática.

Porto de Macapá

O PDZP do Porto de Macapá propõe a construção de um novo berço para operação de navios, por estar o existente ocupado com as operações de embarque de cavacos de madeira e cascas de pinus, impedindo o atendimento de navios de carga geral e de contêineres, especialmente para as mercadorias destinadas a ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

O porto já dispõe das demais instalações e equipamentos para movimentar contêineres, tais como pátios de estocagem, empilhadeiras de alcance (*reach stackers*), armazém de consolidação e desova e guindaste móvel sobre pneus de múltiplo uso.

A ampliação do cais de atracação, com a conclusão da construção do novo píer, com 260m de extensão e 21,5m de largura, irá permitir a operação simultânea de dois navios, sendo um deles para as exportações de cavacos e cascas de pinus e o outro para atender aos demais navios.

No exercício de 2001 foram realizadas mais da metade da segunda fase das obras do sistema de combate a incêndio e do subsistema de água fria e aquisição de defensas para o píer 2

Porto de Santarém

As instalações atuais de Santarém vêm atendendo, de maneira adequada às demandas tradicionais.

As proposições de zoneamento e desenvolvimento originam-se da demanda de interessados em arrendamento de instalações de uso privativo para embarque de soja proveniente da região sul do estado do Pará e do norte do Mato Grosso.

A obra de ampliação do píer do porto tem por objetivo, portanto, de adequá-lo para a movimentação de grãos sólidos, de modo a ter condições de atender à exportação de cereais, notadamente a soja e o milho. Os dolphins que foram construídos servirão para a atracação e operação dos navios e de suporte aos equipamentos de embarque de grãos

Esse projeto articula-se com a disponibilização de redes de transporte interno para servir ao porto, como a pavimentação da rodovia BR-163 - Cuiabá/Santarém, que está entre as metas prioritárias do Ministério dos Transportes e a implantação da Hidrovia Tapajós-Telles Pires.

A CDP já concluiu os procedimentos licitatórios para arrendamento de instalações de embarque, firmando contrato com a CARGILL para a implantação de silos de armazenagem e píer de atracação equipado com carregadores de navios.

Foram realizadas, no exercício de 2001, as seguintes obras de infra-estrutura:

1. Recuperação do píer nº 1;
2. Aquisição de defensas
3. melhoria do acesso ao porto.

Os quadros seguintes demonstram os investimentos realizados no exercício de 2001, conforme programados.

Companhia Docas do Pará - CDP
Investimentos Programados e Desenvolvidos
Porto de Vila do Conde
Exercício de 2001

Recursos do Tesouro Nacional

Projeto nº 26.784.0237.5694-0001-(ampliação do píer nº 2)

Projeto nº 26.784.0237.5693-0001-(obras de contenção do Talude)

Projeto nº 26.784.0237.1305-0001-(melhoramentos no porto)

Item	Projeto	Investimento		Comentário
		Previsto	Executado	
01	Ampliação do píer nº 2.	729.097	725.528	Realizados 99,5% do proposto para os exercícios de 2000/2001, prevendo-se a conclusão das obras no decorrer do exercício de 2002.
02	Obras de contenção do talude.	480.700	318.071	Realizados 66,2% do programado para 2001, prevendo-se a conclusão das obras no decorrer do exercício de 2002
03	Melhoramentos do porto	1.200.000	328.600	Realizados 27,4% do proposto, prevendo-se a conclusão das obras no decorrer do exercício de 2002.

O montante de recursos aplicados nos projetos programados no porto de Vila do Conde, somou, até dezembro/01, R\$1.371mil, correspondentes a 56.9% do disponível (R\$2.409mil).

A parcela de 43,1% do limite repassado deixou de ser aplicada em virtude da reformulação da programação prevista no exercício.

O saldo existente do total repassado e creditado, deverá destinar-se à continuação da execução de projeto para ampliação do píer 2 - projetos básicos e executivos do terminal de granéis líquidos, do píer dos berços 301 e 302 e ampliação do 201 e 202, serviço de sondagem do solo e projetos destinados às obras de contenção do talude da margem de montante da ponte de acesso aos píeres.

Companhia Docas do Pará - CDP
Investimentos Programados e Desenvolvidos
Porto de Belém e Terminal Petroquímico de Miramar
Exercício de 2001

Recursos do Tesouro Nacional

Porto de Belém

Projeto nº 26.784.0237.3337-0001-(execução de obras de infra-estrutura do porto de Belém)

Item	Projeto	Investimento		Comentário
		Previsto	Executado	
01	Recuperação da muralha e da pavimentação do cais.	500.000	73.758	Realizado 14,7% do total proposto. As obras serão retomadas a partir do início do exercício 2002.

Recursos Próprios

Porto de Belém e Terminal Petroquímico de Miramar

Projeto nº 26.784.0237.3337-0001-(execução de obras de infra-estrutura do porto de Belém)

Projeto nº 26.784.0237.3269-0001-(dragagem do porto de Belém)

Projeto nº 26.784.0237.3516-0001-(recuperação da infra-estrutura do Terminal de Miramar)

Item	Projeto	Investimento		Comentário
		Previsto	Executado	
01	Substituição da rede geral de suprimento de água potável, continuação da recuperação de guindastes de pórtico, nivelamento dos trilhos de apoio e complementação da manutenção da muralha do cais	1.500.000	639.929	Realizado 42.6 % do total proposto para o exercício 2001. Quanto ao nivelamento dos trilhos, as obras foram reprogramadas ao final do exercício/2001, em razão da reavaliação de manutenção da muralha do cais.
02	Continuação da dragagem do canal de acesso ao porto de Belém	700.000	355.462	Realizado 50,8% do proposto para o exercício 2001, em razão da reavaliação técnica de metodologia das funções de aprofundamento do canal.
03	Continuação da reforma e recuperação estrutural das estacas do píer nº1 e superestrutura do píer 2 do Terminal de Miramar.	500.000	252.007	Realizados 50,4% do total programado para o exercício, com a execução da recuperação estrutural dos píeres 1 e 2, e elaboração de projeto de reforço e ampliação do píer 1
04	Aquisição de móveis em geral, máquinas e equipamentos.	250.00	241.204	Realizado 96.5% do total programado para o exercício/2001.
05	Continuação da ampliação da rede lógica e <i>upgrade</i> , aquisição de equipamentos de informática.	250.000	234.404	Realizado 93.8% do programada para o exercício/2001.

A aplicação dos recursos do Tesouro Nacional destinados à recuperação da muralha e da pavimentação do cais do porto de Belém foi limitada pelo atraso no repasse, o qual ocorreu apenas no mês de outubro, obrigando à reformulação da programação anterior.

A CDP utilizou-se de recursos próprios para complementar essas obras.

Companhia Docas do Pará - CDP
Investimentos Programados e Desenvolvidos
Porto de Macapá
Exercício de 2001

Recursos do Tesouro Nacional

Projeto nº 26.784.0238.3332-0001--(obras de infra-estrutura do porto de Macapá em Santana - AP)

Item	Projeto	Investimento		Comentário
		Previsto	Executado	
01	Complementação da obra de ampliação do porto de Macapá, 2ª etapa.	930.749	533.757	Realizados 57,3% da obra, com a execução do sistema de combate a incêndio e do subsistema de água fria do píer 2 e aquisição de defensas, devendo ser continuada no decorrer no exercício 2002.

O atraso na liberação dos recursos foi a razão determinante da limitação na aplicação dos recursos previstos.

Companhia Docas do Pará - CDP
Investimentos Programados e Desenvolvidos
Porto de Santarém
Exercício de 2001

Recursos do Tesouro Nacional

Projeto nº 26.784.0236.3334-0001-(recuperação do píer nº 1)

Item	Projeto	Investimento		Comentário
		Previsto	Executado	
01	Recuperação do píer nº1.	1.500.000	1.484.981	A obra foi executada através do convênio nº 16/99.
02	Aquisição de defensas e melhorias do acesso ao píer	746.000	550.906	Realizados 73,8% do programado para o exercício, de acordo com o cronograma previsto,

Ações de Gestão Operacional

Dentro das atividades de gestão operacional da autoridade portuária dos diversos portos organizados sob sua responsabilidade, a CDP desenvolveu ações de melhoria, destacando:

No porto de Belém

1. adequação das instalações existentes ao tráfego atual e projetado, com incentivo à especialização dos berços operacionais;
2. ordenamento das áreas de estocagem de contêineres, segregando as unidades vazias para armazenamento fora do berço operacional;
3. novos usos, não portuários, para os berços com baixas taxas de ocupação.

A Gerência de Gestão Portuária organizou as operações em Belém, de modo que os navios de contêineres operem, preferencialmente, no berço do Armazém 11, enquanto que o trigo a granel opera no Armazém 12 (ou Silos). As operações dos navios de carga geral solta predominam nos berços frente aos armazéns 5 a 8, enquanto que o Armazém 4 destina-se aos navios de cruzeiros marítimos, navios de marinha, de pesquisa e outros que não movimentem cargas.

Dessa forma foram reduzidas as distâncias entre o costado do navio e o local de estocagem, com conseqüências de diminuição de cruzamentos e conflitos de trânsito de veículos.

Com a demolição de antigos galpões sem valor histórico ou arquitetônico nas áreas de segunda linha, foram obtidas as condições para melhor ordenamento dos pátios de estocagem de contêineres, segregando as unidades vazias das cheias, facilitando o controle aduaneiro e a própria operação de carregamento e descarregamento dos navios e dos veículos rodoviários.

A utilização mais racional dos berços de operação resultou, também, na disponibilização dos espaços dos armazéns 4, 4 A e 5 e das ruas entre eles para a realização de eventos, exposições, com a possibilidade de novas fontes de receitas para a empresa.

Foram introduzidos, ainda, procedimentos de apuração e análise das ocorrências e do desempenho operacional, possibilitando a obtenção de indicadores de eficácia ou de resultados, através da avaliação de índices de produtividade para os diversos tipos de carga, tempos de operação, repartição do tráfego entre operadores (*market share*) e entre berços de operação, entre outros.

Esses indicadores deverão ser utilizados para acompanhar, no nível gerencial, o desempenho dos diversos operadores no manuseio dos diferentes tipos de cargas, servindo também como base para o planejamento estratégico e de desenvolvimento.

As operações em Belém estão distribuídas entre os seguintes operadores:

1. Contêineres - CONSULMAR, WILPORT, COPRAL, EMAM, TRANSNV E TRANSEIXAS;
2. Carga geral solta - COPRAL, EMAM, WILPORT, AQUASHIPPING, TRANSNV, PARANAV, BRISA Shipping, CONSULMAR, AMAZON E TRANSEIXAS;
3. Trigo a granel - WILPORT, EMAM, BRAZSHIPPING e OCRIM

Os operadores Consulmar e Wilport tiveram a maior participação no tráfego de contêineres, operando todos os meses, com destaque para a Wilport que obteve o maior índice de produtividade (8,05 unidades/h).

O operador Transeixas realizou o menor número de operações, atuando somente no mês de junho, porém obteve índice de produtividade acima da média, com 7,15 unidades./h. A EMAM obteve a produtividade mais baixa, com apenas 4,90 unidades/h.

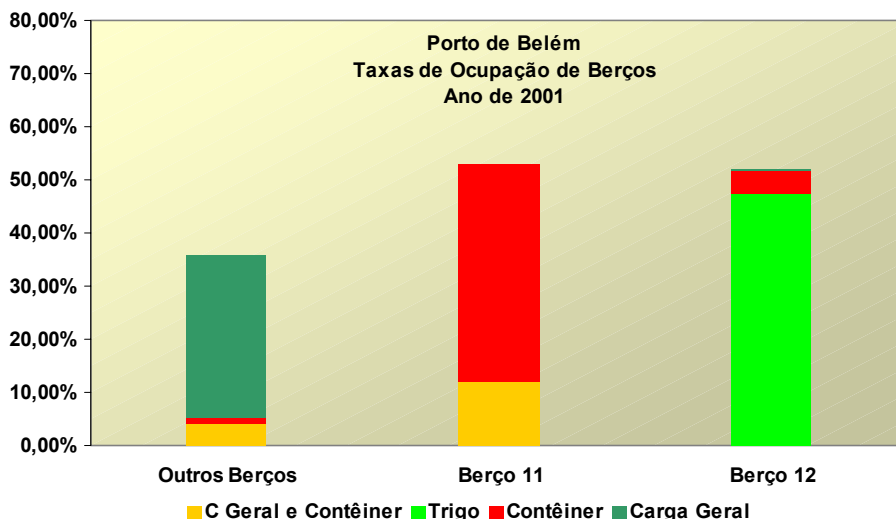
A movimentação de carga geral envolveu número maior de operadores, observando-se o comportamento seguinte:

- > A Copral e a ParanaV realizaram o maior número de operações, com destaque para a Copral que obteve ainda o melhor índice de produtividade – 1.143 t/dia.
- > A Aquashipping e a Transeixas realizaram o menor número de operações, atuando em apenas em um mês, com as produtividades mais baixas (415 t/dia e 349 t/dia, respectivamente).

A movimentação de trigo foi realizada pela EMAM, embora a Wilport, Brazshipping e Ocrim hajam operado essas descargas um mês cada um.

A BRAZSHIPPING obteve a maior produtividade com 1.421 t/dia.

As taxas de ocupação dos diferentes terminais ou conjuntos de berços estão mostradas no gráfico a seguir.



O berço 11 apresenta a maior taxa de ocupação, com 52,8%, dos quais 40,9 decorrem da operação de navios de contêineres; no 12, a ocupação total foi de 51,9%, dos quais a movimentação dos navios de trigo responde por 47,3%.

Finalmente, no conjunto dos berços designado como “outros”, a ocupação média anual foi de 35,8%. Esse conjunto abrange desde o armazém 5 até o 8, sendo contados 3(três) berços, em função da quantidade de navios que podem atracar nesse trecho ao mesmo tempo.

A ocupação predominante foi de navios de carga geral, com 30,6%, seguida dos navios de carga geral e contêineres, com 4,12%.

As consignações médias dos navios foram avaliadas em quatro classes principais, de acordo com o tipo de carga transportada: contêineres, carga geral solta, trigo e carga geral e contêineres.

Foram encontrados os seguintes números médios:

- Contêineres - 253 unidades por navio;
- Carga Geral Solta - 3.019 t/navio;
- Trigo - 7.970 t/navio;
- Carga geral/Contêineres - 2.411 t e 59 contêineres por navio.

Para os navios de contêineres, destaca-se a maior média no mês de janeiro, com 309 unidades movimentadas por navio; no mês de dezembro ocorreu a menor consignação média com apenas 162 contêineres por navio.

O porto apresenta desbalanceamento expressivo entre as quantidades cheias importadas e exportadas. Em 2001, no longo curso, foram embarcados 22.784 TEU cheios e desembarcados 860 TEU.

Para compensar, foram importados, também no longo curso, 21.193 TEU vazios.

Na cabotagem, a movimentação de contêineres em Belém é, ainda, de pequena monta, atingindo menos de 500 TEU no ano.

As operações ocorrem, como na maioria dos portos brasileiros, com a utilização dos equipamentos dos navios.

A consignação média mais elevada dos navios de trigo foi alcançada no mês de julho com 8.924 t/navio, com o valor mínimo de 6.755t/navio, no mês de dezembro.

A produtividade média obtida, para cada grupo de cargas, tomando por base o tempo total de atracação dos navios, foi a seguinte:

- Contêineres - 6,8 unidades/h;
- Carga Geral Solta (madeira) – 693 t/dia
- Carga Geral Solta e Contêineres - 816 t/dia e
- Trigo a granel - 1.171 t/dia.

O tráfego de carga geral é constituído, também, de produtos de exportação (madeira), em níveis de produtividade e consignações médias compatíveis com a tecnologia e características das instalações existentes.

Os indicadores apurados para o exercício de 2001 descrevem de forma preliminar, a situação operacional de Belém.

A base de dados ora obtida deverá ser acompanhada no nível gerencial, observando as causas e efeitos de medidas operacionais e gerenciais, os motivos de paralisações e outros gargalos, com o objetivo de melhorar o desempenho.

Nos portos de Vila do Conde, Santarém e Macapá

Os indicadores operacionais de Vila do Conde já foram objeto de análise na parte relativa às ações de gestão de zoneamento e desenvolvimento.

A produtividade na movimentação das diversas cargas, neste caso, atinge níveis bastante expressivos, embora a taxa de ocupação do berço de granéis sólidos seja muito elevada.

A indicação de construção de novo berço ou utilização do 102 foi a adotada para o aumento da capacidade de atendimento do porto, considerando as demandas projetadas, a partir das manifestações dos usuários.

Da mesma maneira, a análise do desempenho operacional de Santarém e Macapá foi detalhada na análise da gestão de desenvolvimento e zoneamento.

Ações Comuns a todos os Portos Organizados

a) Apoio Técnico e Administrativo aos OGMOs

Os portos organizados explorados pela CDP contam com três OGMO, um deles atendendo a Belém e Vila do Conde e os demais para Macapá e Santarém.

O OGMO dos portos de Belém e Vila do Conde tem sua sede administrativa no Armazém 9 e sede operacional instalada em espaços do armazém 4-A, no porto de Belém, realizando desde o cadastramento, registro e controle dos trabalhadores avulsos, até a chamada de escalação dos rodízios das diversas categorias.

Em Santarém e Macapá, os OGMO funcionam nas dependências das administrações dos portos, com a participação direta de funcionários da CDP.

b) Proteção e assistência ao trabalhador portuário

A Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho Portuário – CPATP funciona regularmente em Belém e Vila do Conde, com a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT realizada em conjunto com a CIPA da CDP e o Sindicato de Operadores Portuários do Estado do Pará – SINDOPAR.

Em Santarém e Macapá, os SESSTP e as CPATP estão sendo estruturados, procedendo-se os exames médicos regulares de acompanhamento e implantado o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual, previstos na NR-29.

O SESSTP - Serviço Especializado em Segurança e Saúde do Trabalhador Portuário está organizado e em pleno funcionamento em Belém e Vila do Conde, no posto médico do porto de Belém, com equipe especializada de engenheiro de segurança, médico do trabalho, e auxiliar de enfermagem, dispendo de ambulância para o transporte de trabalhadores eventualmente acidentados.

A companhia, através do Serviço Social, vem participando e apoiando as reuniões ordinárias e extraordinárias da CIPA, especialmente no que se refere ao planejamento e execução da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT).

c) Os Operadores Portuários

Estão pré-qualificados e em operação nos diversos portos, os seguintes operadores portuários:

Portos	Operadores
Belém, Vila do Conde, Santarém e Macapá	TRANSHAV Ltda.
	Expresso Mercantil Agência Marítima Ltda.
	TRANSEIXAS – Transporte de Cargas em Geral Ltda.
	Wilport Operadores Portuários S/A
Belém, Vila do Conde e Santarém	PARANAV Pará Navegação e Serviços Marítimos Ltda.
Belém, Vila do Conde e Macapá	CONSULMAR Agência Marítima Ltda.
Belém e Santarém	Brisa Shipping Agência de Navegação Ltda.
Belém e Vila do Conde	AQUASHIPPING Marítima Ltda.
	COPRAL Comércio e Navegação Ltda.
	INTERMARES Transporte, Logística e Agência Marítima Ltda.
	BRAZSHIPPING
Somente Santarém	AGENAVI – Agenciamentos Ltda.
Somente Macapá	Amapá Florestal e Celulose S/A – AMCEL
	Rio Matapi – Navegação e Comércio Ltda.
Somente Vila do Conde	ALUNORTE – Alumina do Brasil S/A
	ALBRÁS – Alumínio Brasileiro S/A
Somente Belém	OCRIM S/A – Produtos Alimentícios

**GESTÃO
ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA**

As atividades de gestão administrativa e financeira estão distribuídas em três grupos:

- Gestão de Recursos Humanos;
- Gestão Administrativa e
- Gestão Financeira.

Gestão de Recursos Humanos

As ações de desenvolvimento dos recursos humanos da CDP tiveram ênfase nos seguintes programas:

- Capacitação, através de cursos, seminários e participação em congressos;
- Assistência social aos empregados e à comunidade portuária;
- Atividades culturais e de lazer

Foram proporcionadas 3.715 homens-horas de capacitação, com média de 12,59 horas de atividade por empregado, em cursos, seminários, congressos e outros eventos em Belém e outras cidades.

As ações de assistência social aos empregados e à comunidade portuária foram desenvolvidas em várias atividades, a saber:

1. atendimento e acompanhamento psicossociais;
2. acompanhamento à CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes);
3. realização de eventos, encontros formativos e informativos: através de palestras, debates, dinâmicas de grupo com os adolescentes e ou família, na empresa;
4. desenvolvimento do Coral da CDP;
5. assistência à Associação Recreativa Docas do Pará – ARDOCAS;
6. visitas assistenciais aos portos de Vila do Conde, Santarém e Macapá e supervisão ao setor de serviço social na AHIMOR;
7. cadastramento sócio-econômico e cultural;
8. Projeto Educação Trabalho e Cidadania;

O atendimento psicossocial é realizado de forma individual ou em grupo, a partir de demandas espontâneas e/ou direcionadas, com o apoio das instituições federais, estaduais e municipais, ONG's e sociedade civil, dirigindo-se aos empregados, terceirizados e familiares; no encaminhamento às instituições de serviços de saúde, assistência psicoterápica, aos casos de dependência química, aquisição de documentos e outros.

O acompanhamento ao funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA efetiva-se com o comparecimento e apoio administrativo às reuniões e ações aprovadas, especialmente no que se refere à IV SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho

A programação deste ano foi elaborada por equipe multidisciplinar (SESMT, Saúde Ocupacional, Serviço Social e CIPA), com o objetivo de flexibilizar e dinamizar criativamente a participação de todos, com a distribuição das responsabilidades.

A IV SIPAT da CDP ocorreu no período de 28 de agosto a 01 de setembro de 2001, com o objetivo de possibilitar a integração e a conscientização dos empregados nas questões de prevenção de acidentes de trabalho.

Além da SIPAT, foram realizados eventos comemorativos e de integração no dia internacional da mulher, dia das mães, dia dos pais, festa junina e dia mundial de combate à AIDS.

A atividade coralista tem resultado em maior integração entre os participantes, com expressivos ganhos no desenvolvimento da auto-estima, além do aprendizado cultural e musical. O Coral apresentou-se em importantes eventos, destacando: o XVI Encontro Nacional de Entidades Portuárias (ENEP), a V Feira de Indústria do Pará, a IV Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho da CDP, Encontro da Comissão Técnica de Auditoria, na IV Feira de Máquinas e Produtos do Setor Madeireiro, dentre outros.

A empresa vem prosseguindo na orientação para o funcionamento da ARDOCAS (Associação Recreativa Docas do Pará). Entre as ações efetivadas em 2001, destacam-se: a regularização jurídica da entidade, a elaboração de instrumentais necessários para o apoio das atividades cotidianas e ao levantamento de recursos financeiros.

Visando ampliar o atendimento aos empregados lotados fora da sede da empresa, foram realizadas visitas do Serviço Social ao porto de Vila do Conde, de 26 a 28 de julho e de 12 e 13 de setembro. O porto de Santarém foi visitado de 30 de julho a 01 de agosto e Macapá de 02 a 04 de agosto.

Essa assistência técnica e social estendeu-se, também ao setor específico da AHIMOR.

Em 2001, foi realizado o cadastramento sócio-econômico e cultural, abrangendo 181 empregados, correspondendo a 60,9% do corpo funcional da empresa. No ano de 2002, concluído o levantamento, será realizada a análise do perfil sócio-econômico e cultural dos empregados, o que servirá de apoio ao planejamento do desenvolvimento de recursos humanos e outras atividades.

As atividades do Projeto Educação, Trabalho e Cultura, além de seu papel educativo para os adolescentes, oferecem oportunidades de estágio remunerado com acompanhamento pedagógico e atividades culturais e de lazer.

Programa de Racionamento do Consumo de Energia

Em consequência das medidas para redução do consumo de energia elétrica, a CDP, a partir de 20 de agosto de 2001, adotou o regime de expediente contínuo de 6(seis) horas corridas – das 8h às 14h, de segunda a sexta-feira, no edifício sede.

Como resultado objetivo, a redução do consumo foi da ordem de 33,5% no segundo semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, bastante superior às metas fixadas.

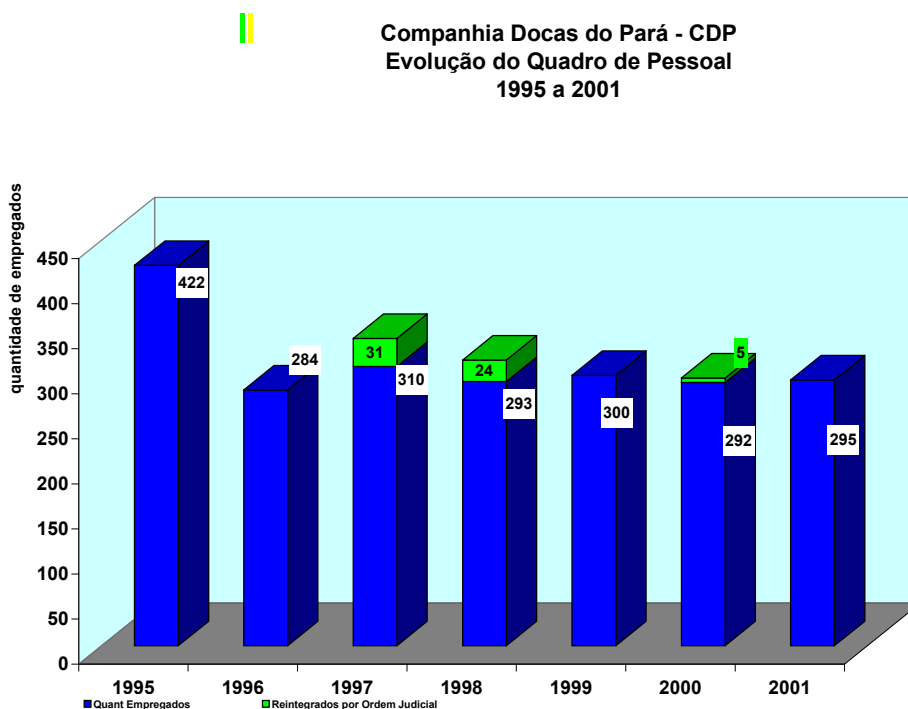
Do ponto de vista dos recursos humanos, outros efeitos interessantes foram observados, tais como:

- Redução de 24,4% nas licenças médicas;
- Aumento da satisfação dos empregados, com maior produtividade, redução do absenteísmo, com ganho de tempo para outras atividades.

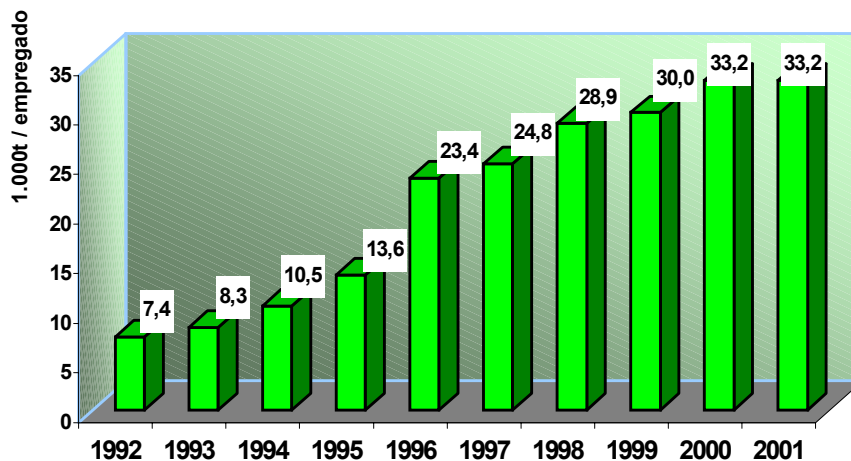
Indicadores de Desempenho de Processo

Os indicadores selecionados para avaliação do desempenho na utilização dos recursos, ou indicadores de *processo*, demonstrados a seguir, vêm sendo acompanhados e demonstrados anualmente, desde 1992. A eficiência, medida na utilização dos recursos técnicos, operacionais e financeiros pode ser avaliada a partir dos indicadores da quantidade de carga movimentada em relação à quantidade total de empregados da empresa e pela relação entre as despesas com pessoal e a receita operacional.

Esses dois índices apresentam-se de forma favorável, com a manutenção da quantidade de empregados e da relação quantidade de carga movimentada por empregado, como mostram os gráficos seguintes.



**Evolução da Relação
Carga Movimentada por Empregado
1992 a 2001**



Indicadores Econômico-Financeiros

Os índices clássicos apurados a partir das Demonstrações Financeiras do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2001, são os seguintes:

Índice ou Indicador	2000	2001	Variação
Liquidez Corrente	2,36	2,73	15,7%
Endividamento	0,143	0,136	-4,8%
Rentabilidade do Patrimônio	0,235	2,774	1.180,4%
Nº Empregados no Final do Exercício	297	295	0,67%

Observa-se o expressivo aumento da capacidade de pagamento e da saúde financeira da Companhia, em relação ao exercício anterior, decorrente dos seguintes fatores:

- > crescimento da liquidez corrente e da rentabilidade do patrimônio líquido
- > endividamento decrescente..

Ações Programadas - 2002

Ações Programadas para 2002

Estão programadas as seguintes ações de desenvolvimento, objetivando facilitar e aumentar a capacidade de movimentação de cargas para atender a demanda da região de influência dos portos e hidrovias explorados e administrados pela CDP.

Porto de Vila do Conde

Os investimentos totais estimados para a ampliação de Vila do Conde montam a cerca de R\$ 108 milhões, cabendo ao setor público investimentos de cerca de R\$ 33 milhões, gerando contrapartida de inversões privadas de R\$ 75 milhões, conforme os itens a seguir:

**Porto de Vila do Conde
Investimentos Projetados**

Em R\$ 1.000

Item de Investimento	Recursos Públicos	Inversões Privadas
Complementação dos Berços 201 e 202	6.000	
Construção do Pier-3 (Berços 301 e 302)	15.000	
Construção do novo Terminal de Granéis Líquidos	11.000	
Construção do Terminal Fluvial de Cargas (Rampas)	1.000	
Construção do Pátio de Contêineres		23.000
Carregador e Descarregador de navios		38.000
Modernização dos 2 guindastes de pórtico 12,5t		1.000
Aquisição de guindaste de múltiplo uso sobre pneus		9.000
TOTAL DE INVESTIMENTOS	33.000	71.000

O plano consolidado especializa o píer 1 (berços 101 e 102) na movimentação de granéis sólidos – bauxita e alumina e a ampliação do píer nº 2 permitirá acostagem de mais 2 (dois) navios, o que contribuirá

para a redução de custos de pela redução dos tempos de espera para atracação ou atendimento.

Quando forem concluídas as eclusas de Tucuruí, o porto de Vila do Conde deverá ser o escoadouro do maior corredor navegável de exportação do mundo, levando a produção do cerrado do centro-oeste brasileiro para os mercados internacionais, fluindo pelos rios Tocantins e Araguaia, em percurso de mais de 2.500 km, de forma mais segura e econômica.

O quadro a seguir resume os investimentos programados para esse porto e suas justificativas

Porto de Vila do Conde

Proj. nº 26.784.0237.5693-0001 - Obras de Contenção do Talude/V.do Conde/PA
Proj nº 26.784.0237.5694-0001 - Ampliação do Pier nº2 do porto de V.do Conde/PA
Proj. nº 26.784.0237.1305-0001 - Melhoramento do porto de Vila do Conde/PA

(Fonte – Recursos do Tesouro)

ITEM	PROJETO	INVESTIMENTO	JUSTIFICATIVA
01	Continuação das obras de ampliação do porto - construção de cais acostáveis através do prolongamento em 180,0m do pier nº 2.	3.874.969	Atender ao plano de transferência das instalações portuárias de Belém para V. do Conde, cuja iniciativa conta com o suporte logístico do Governo do Pará, através do projeto “Alça Viária”, que interligará os dois embarcadouros. Além disso, a movimentação das cargas dos projetos industriais de alumínio, deverá ultrapassar os 6,5 milhões de t/ano, implicando em congestionamento do porto.
02	Pavimentação de áreas para contêineres.		Atender ao crescimento da movimentação de carga geral.
03	Projeto básico e executivo do terminal de granéis líquidos (TGL)		Ampliar a capacidade de armazenamento de combustíveis.
04	Construção dos berços 301 e 302 e ampliação do 201 e 202.		Ampliar e facilitar o fluxo de veículos na movimentação de carga geral e de contêineres.
05	Ampliação da tubulação para combustíveis.		Atender às necessidades da transposição do ponto de descarga dos granéis líquidos.
06	Obras de contenção do talude.	162.629	Conter o desmoronamento das falésias da orla fluvial e manutenção de áreas às proximidades da ponte de acesso do pier.

PORTO DE SANTARÉM

A obra de ampliação do píer do porto tem por objetivo adequá-lo para a movimentação de granéis sólidos, de modo a ter condições de atender à exportação de cereais, notadamente a soja e o milho, em função da pavimentação da rodovia BR-163-Cuiabá/Santarém, que está entre as metas prioritárias do Ministério dos Transportes, e implantação da Hidrovia Tapajós – Telles-Pires, cujo projeto se encontra em fase de implantação.

Os dolphins que foram construídos servirão para atracação de navios e suportes dos equipamentos de movimentação de grãos.

A CDP, após processo licitatório regular, firmou contrato de arrendamento com a empresa Cargill Alimentos S. A. para implantação de terminal de uso exclusivo misto constituído de berço de atracação devidamente equipado com carregadores e silos para armazenagem de trânsito dos grãos a serem embarcados.

É, pois, obra da maior importância para a economia da região, com expressivo reflexo na pauta nacional de exportação, pela maior proximidade de Santarém das zonas produtoras e dos grandes mercados consumidores.

O quadro a seguir resume os investimentos programados para esse porto e suas justificativas:

PORTO DE SANTARÉM

Projeto nº 26.784.0236.3334-0001-(Recuperação píer nº1 do porto de Santarém/PA)

(Fonte – Recursos do Tesouro)

ITEM	PROJETO	INVESTIMENTOS	JUSTIFICATIVA
01	Continuação da obra de adequação das instalações portuárias de Santarém e dragagem do canal de acesso	195.094	Necessidade de melhorar a infraestrutura de atendimento de navios, adequando-a para a movimentação de granéis sólidos (grãos e insumos agrícolas), atendendo à necessidade de integração da hidrovia amazônica com as novas fronteiras agrícolas do nordeste do Estado de Mato Grosso e do sul do estado do Pará. Conter o assoreamento do canal de acesso ao píer do porto, objetivando facilitar a atracação de navios no píer.

PORTO DE MACAPÁ (SANTANA-AP)

O funcionamento da ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, deverá gerar expressiva movimentação de carga geral contêinerizada no porto, o que levou ao investimento na construção do pátio de 16.000 metros quadrados e ao suprimento de equipamentos como empilhadeiras de alcance e guindaste móvel “multi-purpose”.

A ampliação do cais com a construção de novo píer, com 260m de extensão e 21,5m de largura, irá permitir a atracação simultânea de dois navios, o que não ocorre hoje, pois quando o cais está ocupado com o carregamento de cavacos de madeira, produzidos pela AMCEL – operação que dura em média, cinco dias - os navios com contêineres tem de descarregar em Belém a carga destinada ao Amapá, para serem, em seguida, transbordados para balsas e levados para Macapá, aumentando consideravelmente o frete das mercadorias.

O quadro a seguir resume os investimentos programados para esse porto e suas justificativas:

PORTO DE MACAPÁ – AP

Projeto nº 26.784.0238.3332-0001-(Obras de infra-estrutura do porto de Macapá)

(Fonte – Recursos do Tesouro)

ITEM	PROJETO	INVESTIMENTOS	JUSTIFICATIVA
01	Complementação da obra de ampliação do porto - 2ª etapa. - Reparo da infra-estrutura e piso do píer e instalação de sistema de sinalização náutica	496.992	Aumento de capacidade operacional do porto para atender ao tráfego de contêineres. Manter em bom estado de conservação as instalações do píer, facilitando o fluxo de veículos e equipamentos e dotar o acesso marítimo do porto de sistema de sinalização náutica adequada

PORTO DE BELÉM E TERMINAL PETROQUÍMICO DE MIRAMAR

Os investimentos programados referem-se, basicamente, às obras de manutenção do cais do porto de Belém, como a recuperação de instalação hidráulicas de suprimento de água, da infra-estrutura operacional, entre outras; a continuação da dragagem do canal de acesso ao porto de Belém e ao Terminal de Miramar, recuperação dos píeres 1 e 2 do Terminal de Miramar, não sendo previstos investimentos para aumento da capacidade operacional.

ITEM	PROJETO	INVESTIMENTO		JUSTIFICATIVA
		RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO NACIONAL	
01	Continuação das obras de substituição da rede geral de suprimento de água potável, da recuperação e nivelamento dos trilhos de apoio aos guindastes de pórtico e da recuperação da pavimentação do cais do porto de Belém.	800.000	526.242	Restabelecer as condições de suprimento de água potável aos navios e outros usuários;. restabelecer as condições operacionais dos guindastes, melhorando o atendimento aos usuários e facilitar o fluxo de veículos e equipamentos de cargas nas áreas operacionais.
02	Continuação da dragagem do canal de acesso ao porto de Belém	1.700.000		Proporcionar a facilitar a plena navegabilidade ao longo do cais do porto e do Terminal Petroquímico de Miramar.
03	Continuação da reforma e recuperação estrutural das estacas do pier nº1 e reparos na superestrutura do pier nº2 do terminal petroquímico de Miramar	500.000		Assegurar condições operacionais satisfatórias aos usuários do terminal. e corrigir as fissuras e rachaduras existentes no pier nº2.
04	Aquisição de móveis em geral, máquinas e equipamentos.	250.000		Necessidade de novos equipamentos para o desenvolvimento operacional do porto.
05	Continuação da ampliação da rede lógica, aquisição de equipamentos de informática.	250.000		Necessidade de novos equipamentos para o desenvolvimento de sistemas de informatização.

Demonstrações Financeiras

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – MT / COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP
C.G.C Nº 04.933.552/0001-03
CAPITAL SOCIAL - R\$ 121.967.568,74
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO (R\$)	2001	2000	PASSIVO (R\$)	2001	2000
ATIVO CIRCULANTE	31.274.771,17	28.103.862,49	PASSIVO CIRCULANTE	11.460.218,82	11.890.921,35
Caixa	23.456,92	45.564,67	Contas a Pagar	462.577,41	1.388.132,26
Bancos	5.593.144,88	7.167.177,98	Provisões	646.859,22	780.800,27
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	13.636.424,41	9.620.780,43	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	730.259,68	913.525,24
Duplicatas e Contas a Receber	881.870,83	911.384,68	Credores p/ Depósitos Cauccionados	42.790,17	29.217,01
Adiantamentos e Empréstimos	668.742,13	504.704,07	Impostos, Contribuições, Consignações a Recolher	5.140,35	9.917,27
Almoxarifado	90.492,63	122.770,38	Depósitos em Garantia p/Taxas Portuárias	11.755,65	83.394,20
Depósitos Judiciais e Contratuais	6.501.746,33	6.875.565,92	Recursos da União p/Unidades	1.703.044,58	2.731.642,98
Impostos Antecipados	53.742,11	24.790,42	Patrimônio da Portobrás	30.312,74	30.312,74
Recursos a Receber da União	3.022.995,59	2.226.254,84	Adicional s/Tarifa Portuária	48.593,86	48.593,86
Outros Valores a Receber	26.146,15	219.674,94	Parcelamento Encargos/Tributos	235.272,84	217.433,88
Despesas Diferidas	---	1.278,00	Credores p/ Transferências Recursos	2.058.902,55	1.823.974,51
Transferência de Recursos p/Unidades	776.009,19	383.916,16	Outras Obrigações	29.894,15	29.010,73
			Dividendos a Pagar	1.365.796,44	0,00
			Títulos e Adiantamentos a Pagar	250.548,61	235.113,36
			Créditos p/Aumento de Capital	3.497.021,46	3.569.853,04
			Participação dos Empregados	341.449,11	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.213.775,91	4.195.761,37	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.290.011,37	11.008.717,51
Contas a Receber	58.181,09	45.301,03	Parcelamento de Encargos/Tributos	1.379.223,20	1.610.784,17
Credito Tributário	4.084.087,35	4.084.087,35	Provisões Causas Trabalhistas	4.593.531,33	5.312.503,99
Empréstimos Compulsórios	71.507,47	66.372,99	Receitas a Realizar	4.317.256,84	4.085.429,35
ATIVO PERMANENTE	124.153.633,03	127.676.682,06	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	137.891.949,92	137.076.667,06
Investimentos	232.038,06	133.792,27	Capital Social Subscrito e Integralizado	121.967.568,74	119.273.172,03
Imobilizado Líquido	123.154.911,13	125.356.635,85	Reserva Legal	145.439,93	25.932,74
Diferido	766.683,84	2.186.253,94	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	15.778.941,25	17.777.562,29
TOTAL DO ATIVO	159.642.180,11	159.976.305,92	TOTAL DO PASSIVO	159.642.180,11	159.976.305,92

CARLOS ACATAUASSÚ NUNES
Diretor Presidente
CIC - 000.314.022-91

GUILHERME OLIVIERA BRAGA
Diretor Administrativo-Financeiro
CIC - 099.190.072-34

KLEBER FERREIRA DE MENEZES
Diretor de Gestão Portuária
CIC - 113.440.323-20

ANTONINA CÂNDIDO C. DE MORAES
Contadora
Reg. CRC-Pa nº7319
CIC - 116.122.072-00

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – MT
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP
C.G.C. Nº 04.933.552/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

TÍTULOS	2001	2000
	(R\$)	(R\$)
RECEITA OPERACIONAL	38.420.394,23	33.239.486,40
Receita Bruta da Operação Portuária	33.392.168,37	28.648.242,05
Subvenções para Custeio	5.028.225,86	4.591.244,35
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA (ISS, COFINS, PASEP)	2.280.564,67	1.919.589,54
RECEITA LÍQUIDA DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA	36.139.829,56	31.319.896,86
CUSTO DAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS	22.733.190,33	21.470.936,75
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	13.406.639,23	9.848.960,11
DESPESAS OPERACIONAIS COMPLEMENTARES	13.833.493,78	12.129.928,59
Despesas Administrativas	13.491.732,07	11.517.701,74
Depreciações e Amortizações	341.761,71	612.226,85
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3.961.803,17	2.977.126,15
Receita Patrimonial	1.965.659,61	1.602.569,91
Receita Financeira Líquida	1.996.143,56	1.374.556,24
VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS	421.565,13	1.317.488,49
VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS	124.729,79	64.788,47
REVERSÃO DE PROVISÃO	133.941,05	62.044,29
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	3.372.054,33	(494.498,06)
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS	452.888,11	810.877,96
Receitas	500.854,22	829.414,91
Despesas	47.966,11	18.536,95
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR/CONTR.SOCIAL	3.824.942,44	316.379,90
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	304.361,34	180.727,25
IMPOSTO DE RENDA	788.988,23	1.080.761,19
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.731.592,87	(945.108,54)
PARTICIPACAO DOS EMPREGADOS	341.449,11	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.390.143,76	(945.108,54)
Lucro/Prejuízo por Ação	0,001	(0,00005)

CARLOS ACATAUASSÚ NUNES
Diretor Presidente
CIC - 000.314.022-91

GUILHERME OLIVEIRA BRAGA
Diretor Administrativo-Financeiro
CIC - 099.190.072-34

KLEBER FERREIRA DE MENEZES
Diretor de Gestão Portuária
CIC - 113.440.323-20

ANTONINA CANDIDA C. DE MORAES
Contadora
Reg. CRC-Pa nº 7319
CIC - 116.122.072-00

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ -CDP
C.G.C. Nº 04.933.552/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

TÍTULOS	2001 (R\$)	2000 (R\$)	
1 - ORIGENS DE RECURSOS			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	2.390.143,76	(945.108,54)	
Depreciação e Amortização do Exercício	7.685.561,04	7.897.892,88	
Aumento do Exigível a Longo Prazo	-	2.188.831,93	
Baixa do Imobilizado	-	605,22	
Aumento Capital	2.694.396,71	12.304.951,99	
Redução do Diferido	1.419.570,10	-	
TOTAL DAS ORIGENS	14.189.671,61	21.447.173,48	
2 - APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo	18.014,54	4.126.898,87	
Aumento do Imobilizado	5.483.836,32	2.292.689,49	
Ajustes Exercícios Anteriores	2.903.461,17	205.166,40	
Dividendos Propostos	1.365.796,44	-	
Redução do Exigível a Longo Prazo	718.706,14	-	
Aumento do Diferido	-	4.047.920,68	
Aumento de Investimento	98.245,79	-	
TOTAL DAS APLICAÇÕES	10.588.060,40	10.672.675,44	
3 - REDUÇÃO/AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (1-2)	3.601.611,21	10.774.498,04	
4 - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE			
	31/12/01	31/12/00	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	31.274.771,17	28.103.862,49	3.170.908,68
Passivo Circulante	11.460.218,82	11.890.921,35	(430.702,53)
Redução/Aumento Capital Circulante	19.814.552,35	16.212.941,14	3.601.611,21

CARLOS ACATAUASSÚ NUNES
Diretor Presidente
CIC - 000.314.022-91

GUILHERME OLIVEIRA BRAGA
Diretor Administrativo-Financeiro
CIC - 099.190.072-34

KLEBER FERREIRA DE MENEZES
Diretor de Gestão Portuária
CIC - 113.440.323-20

ANTONINA CANDIDA C. DE MORAES
Contadora
Reg. CRC-Pa nº 7319
CIC - 116.122.072-00

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ -CDP
C.G.C. Nº 04.933.552/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

DETALHAMENTO	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.99 - R\$	106.968.220,04	25.932,74	18.927.837,23	125.921.990,01
Ajustes de Exercícios Anteriores			(205.166,40)	(205.166,40)
Aumento de Capital - AGE 14/07/00	12.304.951,99			12.304.951,99
Resultado do Exercício			(945.108,54)	(945.108,54)
SALDO EM 31.12.00 - R\$	119.273.172,03	25.932,74	17.777.562,29	137.076.667,06
Ajustes de Exercícios Anteriores			(2.903.461,17)	(2.903.461,17)
Aumento de Capital - AGE 10/07/01	2.694.396,71			2.694.396,71
Resultado do Exercício			2.390.143,76	2.390.143,76
Constituição de Reserva		119.507,19	(119.507,19)	0,00
Dividendos Propostos			(1.365.796,44)	(1.365.796,44)
SALDO EM 31.12.01 - R\$	121.967.568,74	145.439,93	15.778.941,25	137.891.949,92

CARLOS ACATAUASSÚ NUNES
Diretor Presidente
CIC - 000.314.022-91

GUILHERME OLIVEIRA BRAGA
Diretor Administrativo-Financeiro
CIC - 099.190.072-34

KLEBER FERREIRA DE MENEZES
Diretor de Gestão Portuária
CIC - 113.440.323-20

ANTONINA CANDIDA C. DE MORAES
Contadora
Reg. CRC-Pa nº 7319
CIC - 116.122.072-00



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(EM REAIS)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Docas do Pará - CDP** é uma Sociedade de Economia Mista, de capital autorizado, vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sede e foro na cidade de Belém, capital do estado do Pará, com prazo de duração indeterminado.

A CDP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Transportes, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Pará. E por força do Convênio N° 003/90-SNT/DNTA e seus Termos Aditivos, executar a supervisão administrativa das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR) e da Tocantins e Araguaia (AHITAR), sediadas nas cidades de Belém e Goiânia, respectivamente.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas observados os critérios definidos na Lei n° 6.404/76 e Normas Complementares pertinentes.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) As aplicações financeiras da CDP foram feitas em Fundo de Curto Prazo de conformidade com a Resolução BACEN N° 2.108 demonstradas ao custo de aquisição, atualizadas e acrescidas dos rendimentos apropriados pró-rata até 31 de dezembro 2001;

b) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 365 dias são apresentados como circulantes;

c) O estoque é avaliado ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado;

d) Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos da correção monetária até dezembro de 1995;

e) O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido da correção monetária até dezembro de 1995, menos a depreciação, sendo os percentuais de depreciação aplicados pelo método linear. As principais taxas anuais utilizadas são: edificações (4%), atracadouros (5,46%), máquinas especializadas (10%), veículos (20%), móveis e utensílios (10%), cais e anexos (1,43%), instalações (5%), arruamentos e áreas pavimentadas (6,67%) e acesso ferroviários (3,30%).

As taxas de depreciação dos bens específicos foram aplicadas de acordo com a vida útil estimada dos bens, alguns específicos da operação

portuária, bem como, de conformidade com o regulamento do Imposto de Renda.

f) Atualização monetária de ativos e passivos indexados como contrapartida em receitas e despesas financeiras a título de variações monetárias;

g) Os ativos circulantes e a longo prazo, quando aplicáveis, são reduzidos, mediante provisão aos seus valores prováveis de realização;

h) Por força da Lei N° 8.200/91, Decreto N° 332/91 e a Instrução Normativa N° 114/91, da Secretaria da Receita Federal, foi efetuada a Correção Monetária Complementar, correspondente ao diferencial IPC/BTNF, cujo resultado, saldo credor, é tratado como lucro inflacionário, a partir do Balanço de 1993; e

i) As causas trabalhistas, no valor de R\$ 4.593.531,33, refere-se a provisão para cobrir as possíveis perdas relacionadas com as ações movidas contra a empresa.

NOTA 4 - CONVÊNIOS

Foi celebrado com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários - DNTA, com a interveniência da Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRAS, órgãos extintos, o Convênio de Descentralização de Serviços Hidroviários N° 003/90, de 19 de novembro de 1990, que transferiu para a CDP a responsabilidade gerencial da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental - AHIMOR e Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia - AHITAR, a partir de 1 de dezembro de 1990, com prazo de duração de 01(hum) ano.

A CDP, registrou em seus Ativos e Passivos os direitos e obrigações que se encontravam registrados na AHIMOR e na AHITAR em 30 de novembro de 1990 e o Ativo Permanente em conta de compensação, como de responsabilidade por valores de terceiros.

Em 16 de janeiro de 1991, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio 003/90 - SNT/DNTA, o qual vem sendo prorrogado. Sua última alteração foi realizada através do sétimo Termo Aditivo de 15 de dezembro de 1999 que estendeu o prazo do convênio até 31 de dezembro de 2003.

NOTA 5 - DEVEDORES POR CONVÊNIO

Esses valores registrados em contas a receber da União, correspondem aos repasses efetuados pela CDP, para cobertura das despesas correntes com essas unidades, nos termos do Convênio N° 003/90 SNT/DNTA, e seus Termos Aditivos, não ressarcidos até 31.12.01.

UNIDADES	2001	2000
AHIMOR	881.894,47	1.722.361,94
AHITAR	1.850.414,60	503.892,90

NOTA 6 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Até que a sentença seja prolatada, a contrapartida está registrada em Receitas a Realizar.

NOTA 7 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente apresenta a seguinte composição:

1 - INVESTIMENTOS	Valor Corrigido		
Participação Outras Sociedades	114.847,97		
Incentivos Fiscais	18.944,30		
Outros Investimentos	98.245,79		
TOTAL	232.038,06		
2 - IMOBILIZADO	Valor Corrigido	Depreciação Amortização	Valor Líquido
BENS MÓVEIS			
Móveis e Utensílios	1.327.324,43	646.661,97	680.662,46
Veículos	236.715,14	220.768,91	15.946,23
Máquinas e Equipamentos	10.761.273,64	5.927.300,10	4.833.973,54
BENS IMÓVEIS			
Edifícios e Prédios Diversos	34.418.452,77	17.435.017,63	16.983.435,1
Obras	30.537.472,58	691.498,84	29.845.973,74
Bens de Natureza Industrial	118.909.069,89	48.464.583,43	70.444.486,46
Imobilizações em Curso	350.433,56		350.433,56
TOTAL	196.540.742,01	73.385.830,88	123.154.911,13
3 - DIFERIDO	Valor Corrigido	Depreciação Amortização	Valor Líquido
Dragagem do Canal de Acesso	4.211.937,68	3.445.253,84	766.683,84

NOTA 8 - DESPESAS E RECEITAS (CONVÊNIO 003/90 SNT/DNTA)

Em 2001 as despesas de custeio das unidades conveniadas, AHIMOR e AHITAR, foram contabilizadas como despesas operacionais, enquanto os valores ressarcidos pela União, foram contabilizados como receitas de subvenção.



NOTA 9 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

O saldo de R\$ 1.379.223,20, registrado em parcelamento de encargos/tributos corresponde às parcelas vencíveis a longo prazo, da dívida para com o PORTUS.

NOTA 10 - SEGUROS

A CDP mantém apólice de seguros em montante suficiente para a cobertura do seu edifício sede e bens móveis nele existente, em caso de incêndio. Adicionalmente, os veículos estão segurados contra roubo e responsabilidade civil.

NOTA 11 - RESULTADO

Consolidando os resultados do exercício das unidades conveniadas, houve o seguinte reflexo nas demonstrações contábeis da CDP, no exercício de 2001 e de 2000.

UNIDADE	2001	2000
CDP	2.488.495,97	(1.469.862,06)
AHIMOR	(7.924,79)	239.720,01
AHITAR	(90.427,42)	285.033,51
T O T A L	2.390.143,76	(945.108,54)

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 - CAPITAL SOCIAL

O capital social de R\$ 121.967.568,74, em 31 de dezembro de 2001, é representado por 1.908.152.744 ações, sem valor nominal, sendo 954.076.372 ações ordinárias e 954.076.372 ações preferenciais, ambas espécies nominativas e de classe única. As ações preferenciais, sem direito a voto são inconversíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição do dividendo obrigatório.

12.2 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores, decorrem basicamente do aprimoramento das práticas contábeis, estando assim sumariados:



	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ajustes de Receitas	57.167,60	37.750,79
Reclassificação de Despesas	(2.922.595,25)	(34.473,13)
Ajustes de Depreciação	(38.033,52)	(208.444,06)
T O T A L	(2.903.461,17)	(205.166,40)

NOTA 13 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Na forma do Art. 3º do Decreto N° 95524, de 21 de dezembro de 1987, foram registrados os seguintes valores como maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados com base em 31 de dezembro de 2001 e 2000.

<u>REMUNERAÇÃO</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Administradores		
Maior	7.275,14	6.920,74
Menor	7.275,14	6.920,74
Empregados		
Maior	5.748,24	5.767,29
Menor	473,18	497,82
Valor Médio	1.712,60	1.653,09

Outras Demonstrações

OUTRAS DEMONSTRAÇÕES

Estão apresentados, a seguir, os demonstrativos:

- Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- Fiscalização e Controle dos Órgãos de Previdência Privada;
- Financiamentos com Recursos Externos;
- Sindicâncias, Processos e Diligências;
- Auditorias.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamento de Investimentos

Porto de Belém

A lei nº 10.171, de 05/01/01, fixou em até R\$500mil os recursos do orçamento de investimento destinados ao projeto de OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE BELÉM/PA;

Esses recursos, entretanto, foram repassados pelo Tesouro apenas na segunda quinzena do mês de outubro/01, conforme o quadro de detalhamento a seguir:

(R\$mil)					
Fontes	Aprovado Atual (a)	Disponível (b)	Limite PDG (c)	C/a %	C/b %
Recursos do Tesouro	500	500		100,0	100,0
Saldo do exercício anterior	0	0	0	0	0
TOTAL	500	500	500	100,0	100,0

(R\$mil)

Síntese da Execução

A execução total dos projetos destinados ao porto de BELÉM, relativos aos recursos do Tesouro, somou, até dezembro/01, R\$73mil, correspondente a 14.6% do disponível (R\$500mil).

A CDP deixou de realizar 85,4% do limite repassado do montante de R\$500mil, em virtude da reformulação da programação prevista com a obra de embrechamento da muralha do cais do porto.

O saldo existente até a presente data, 85,4% do total repassado e creditado, destina-se à complementação de obras de infra-estrutura do porto, comprometendo na sua totalidade o saldo existente, citado no presente, conforme quadro de detalhamento a seguir:

Fontes	Aprovado Atual (a)	Disponível (b)	Executado até Dez/01 (c)	C/a %	C/b %
Recursos do Tesouro	500	500	73	14.6	14.6
Saldo do exercício anterior	0	0	0	0	0
TOTAL	500	500	73	14.6	14.6

Porto de Santarém

Projeto nº 26.784.0236.3334-0001- Recuperação do Pier nº 1 do porto de Santarém-PA

Síntese da programação

O Decreto de 03/07/01, ratificou créditos no montante de R\$746mil com o propósito de dar continuidade aos projetos programados para o porto de Santarém/PA no exercício 2001.

Síntese da execução

A execução total do projeto destinado a Santarém, somou, até dezembro/01, R\$550mil, correspondente a 73,8% do programado (R\$746mil).

A CDP deixou de realizar 26,2% do limite creditado, motivado pelo inesperado assoreamento do canal de acesso ao porto de Santarém, ocasionando reformulação da programação prevista para o restante do exercício/2001.

O saldo existente até a presente data (26.2%) do total creditado, destina-se a retificação do canal de acesso ao porto, cuja licitação já foi concluída, comprometendo na sua totalidade o saldo existente, citado no presente, conforme quadro de detalhamento a seguir.

(R\$mil)

Fontes	Aprovado Atual (a)	Disponível (b)	Executado até Dez/01 (c)	C/a %	C/b %
Recursos do Tesouro	746	746	550	73,8	73,8

Porto de Vila do Conde

Projeto nº 26.784.0237.5693-0001 - Obras de Contenção do Talude/Vila do Conde - PA

Projeto nº 26.784.0237.5694-0001 - Ampliação do Pier nº 2 do porto de Vila do Conde - PA

Projeto nº 26.784.0237.1305-0001 - Melhoramento do porto de Vila do Conde - PA

Síntese da programação

A lei nº 10.171, de 05/01/01 fixou em até R\$1.200mil os recursos do orçamento de investimento destinados às obras de melhoramento do porto de Vila do Conde, somados aos recursos na ordem de R\$1.209mil, relativos ao saldo de exercício anterior.

Esses recursos estavam destinados aos projetos de obras de contenção do talude e ampliação do pier 2, creditados através do DEC de 03/07/01, totalizando o montante de R\$2.409mil.

Os recursos oriundos da lei nº 10.171/01, como já referido, foram repassados, na sua totalidade, ao final da segunda quinzena do mês de outubro/01, através da União, conforme quadro de detalhamento a seguir:

(R\$mil)

Fontes	Aprovado Atual (a)	Disponível (b)	Limite PDG (c)	C/a %	C/b %
Recursos do Tesouro	1.200	1.200	1.200	100,0	100,0
Saldo do exercício anterior	1.209	1.209	1.209	100,0	100,0
TOTAL	2.409	2.409	2.409	100,0	100,0

Síntese da execução

O montante de recursos destinados aos projetos programados no porto de Vila do Conde, somou, até dezembro/01, R\$1.371mil, correspondentes a 56.9% do disponível (R\$2.409mil).

A CDP deixou de realizar 43,1% do limite repassado do montante de R\$2.409mil, motivado pela reformulação da programação prevista no exercício/2001.

O saldo existente até a presente data (43,1%) do total repassado e creditado, destina-se a continuação da execução de projeto para AMPLIAÇÃO DO PÍER 2 como: projeto básico e executivo do Terminal de Granéis Líquidos, elaboração de projetos básico e executivo para construção do píer dos berços 301 e 302 e ampliação do 201 e 202 e serviço de sondagem do solo e projetos destinados às OBRAS DE CONTENÇÃO DO TALUDE como: reconstrução do talude da margem de montante da ponte de acesso aos píeres, comprometendo o saldo existente, conforme quadro de detalhamento a seguir:

(R\$mil)

Fontes	Aprovado Atual (a)	Disponível (b)	Executado até Dez/01 (c)	C/a %	C/b %
Recursos do Tesouro	1.200	1.200	328	27.3	27.3
Saldo de exercício Anterior	1.209	1.209	1.043	86.3	86.3
TOTAL	2.409	2.409	1.371	56.9	56.9

Porto de Macapá

Projeto nº 26.784.0238.3332-0001-Execução de Obras de infra-estrutura/Macapá-AP

Síntese da programação

A lei nº 10.171, de 05/01/01 fixou em até R\$500mil os recursos do orçamento de investimento destinados ao projeto programado para OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE MACAPÁ/AP, os quais, somados aos recursos na ordem de R\$430mil provenientes de saldo de exercício anterior, creditados através do DEC. 03/07/01, totalizam o montante de R\$930mil.

Os recursos oriundos da lei nº 10.171/01, entretanto, foram repassados apenas ao início da primeira quinzena do mês de dezembro/01, conforme quadro de detalhamento a seguir:

(R\$mil)

Fontes	Aprovado Atual (a)	Disponível (b)	Limite PDG (c)	C/a %	C/b %
Recursos do Tesouro	500	500	500	100,0	100,0
Saldo do exercício anterior	430	430	430	100,0	100,0
TOTAL	930	930	930	100,0	100,0

Síntese da execução

A execução dos projetos destinados ao porto de MACAPÁ, somou, até dezembro/01, R\$533mil, correspondente a 57,3 % do disponível (R\$930mil).

Como já referido anteriormente, a CDP deixou de realizar 42,7% do limite repassado do montante de R\$930mil, por atrasos de liberação e conseqüente reformulação da programação prevista no exercício.

O saldo remanescente existente e creditado, destinar-se-á para complementação de obras de infra-estrutura e ampliação do porto, conforme o quadro de detalhamento a seguir:

(R\$mil)

Fontes	Aprovado Atual (a)	Disponível (b)	Executado até Dez/01 (c)	C/a %	C/b %
Recursos do Tesouro	500	500	103	20.6	20.6
Saldo de exercício Anterior	430	430	430	100,0	100,0
TOTAL	930	930	533	57.3	57.3

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária definida no PDG – Programa de Dispêndios Globais e no Orçamento de Investimentos está demonstrada, de forma sintética, no quadro a seguir.

	Programado (a)	Realizado (b)	realizado (b/a)
Usos:	40.890.100	29.739.223	72,7
Dispêndios de Capital	14.186.546	4.253.756	30,0
Investimentos	14.186.546	4.253.756	30,0
Outros Disp. De Capital			
Dispêndios Correntes	26.703.554	25.485.467	95,4
Pessoal e Encargos	11.609.414	11.239.053	96,8
(Materiais e Produtos Compras)	1.027.720	1.055.981	102,7
Serviços De Terceiros	9.676.868	9.116.644	94,2
Utilidades e Serviços	1.363.067	1.342.231	98,5
Tributos	2.664.638	2.490.592	93,5
Demais Disp. Correntes	361.847	240.966	66,6
Fontes:	38.177.507	37.501.325	98,2
Receitas	35.977.507	36.995.959	102,8
Receita Operacional	32.151.908	33.392.169	103,9
Receita Não Operacional	3.825.599	3.603.790	94,2
Recursos p/ Aum. De Capital	2.200.000	505.366	23,0
Variação do Cap. de Giro	-2.511.394	-5.534.800	220,4
Ajuste rec. e desp. financeira	-260.776	0	0,0
Variação do Disponível	5.484.763	-2.227.302	-40,6
Total Líquido dos Recursos	40.890.100	29.739.223	72,7

Nota: Lei nº 10.171 de 05/01/01, Dec. nº 4.014 de 13/11/01 e Dec. 03/07/01

**FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE DE ÓRGÃOS DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia Docas do Pará – CDP exerce, como patrocinadora, a fiscalização e controle sobre o Instituto de Seguridade Social PORTUS, seja no que se refere aos seus próprios empregados, seja para os pertencentes às entidades supervisionadas por convênio (AHIMOR e AHITAR), através da verificação bimestral de suas contas, nas reuniões do Conselho Curador, no qual dispõe de assento com direito a voto.

No exercício de suas atribuições, o representante da CDP, através de exposição e relatório ao Conselho de Curadores, expôs a situação da instituição, destacando aspectos relevantes do comportamento da direção, em especial quanto:

1. a sonegação de informações ao Conselho de modo a resultar em deliberações inconsistentes e desfavoráveis ao Instituto;
2. pagamento deliberado de abono provisório, de forma irregular, com manifestações contrárias da SPC e área técnica, com desobediência à deliberação do Conselho e pagamento de benefícios sem receita de cobertura;
3. cobrança fictícia e deliberada de contribuição majorada às patrocinadoras e participantes, por período de 18 meses, contra manifestação da SPC, contabilizando receita irregular;
4. extrapolação de despesas administrativas em desobediência ao teto legal;
5. pagamento de PDV a empregado do PORTUS e cesta natalina à parte de assistidos, descaracterizando a aplicação de recursos do Instituto;
6. formação inconsistente de processos relativos à venda de imóveis, com o não atendimento de informações complementares requeridas pelo Conselho.

Com base nos pontos destacados, o representante da CDP recomendou a contratação de auditoria externa especializada e o afastamento da Diretoria do Instituto.

As tabelas seguintes mostram a discriminação mensal das contribuições pagas pelos empregados participantes dos planos de benefícios e pela patrocinadora.

Relação Portus - Int. Seguridade Social - Janeiro a Dezembro 2001

Mês	Empréstimo	Cont. Func.	Joia	Assistido	RSTA	Parte Func.	Parte Pat.	Parcelam.	Total Pago	Base
	A	B	C	D	E	F=a+b+c+d+e	G	H	I = F + G + H	Flh.Pagamtº
Janeiro	14.744,92	27.737,28	1.480,01	8.422,99	15.074,79	29.819,71	27.737,28	17.696,50	75.253,49	383.289,95
Fevereiro	15.607,97	27.046,61	1.160,91	7.492,66	15.064,55	30.672,52	27.046,61	17.684,47	75.403,60	383.029,50
Março	18.890,36	24.483,95	1.097,85	7.641,53	14.062,19	32.952,55	24.483,95	16.507,79	73.944,29	357.543,48
Abril	19.320,99	25.965,26	1.804,85	8.116,09	14.570,02	33.891,01	25.965,26	17.103,93	76.960,20	370.455,48
Mai	19.406,07	27.131,73	1.037,97	8.116,09	14.879,17	34.285,24	27.131,73	17.466,85	78.883,82	378.316,16
Junho	20.349,88	26.004,34	1.153,93	8.024,67	15.050,65	35.400,53	26.306,04	17.668,15	79.374,72	382.675,92
Julho	19.616,31	27.618,93	1.131,44	8.061,14	15.500,17	35.116,48	27.935,06	18.195,85	81.247,39	394.105,54
Agosto	19.644,10	26.555,74	1.196,05	8.061,14	15.258,01	34.902,11	26.871,87	0,00	61.773,98	387.948,39
Setembro	20.317,80	28.164,93	1.228,61	8.390,71	15.750,79	36.068,59	28.481,06	0,00	64.549,65	400.477,84
Outubro	21.535,90	26.273,45	1.195,56	8.376,70	14.755,50	36.291,40	25.034,29	0,00	61.325,69	375.171,50
Novembro	21.221,64	27.020,15	1.180,53	8.342,36	15.392,19	36.613,83	27.020,15	0,00	63.633,98	391.360,02
13º Salário	0,00	25.877,18	0,00	5.008,55	15.033,04	15.033,04	25.877,18	0,00	40.910,22	382.228,18
Dezembro	21.228,23	30.893,07	1.344,66	8.361,40	16.701,46	37.929,69	30.893,07	0,00	68.822,76	424.649,58
Total	231.884,17	350.772,62	15.012,37	102.416,03	197.092,53	428.976,70	350.783,55	122.323,54	902.083,79	5.011.251,54
Total Geral										5.913.335,33

ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL - AHIMOR

EFPP: PORTUS INTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

J = Limite de Contribuição da Patrocinadora: 15,271%:

K = Relação Patrocinadora/Beneficiário: 3,268427863

Repasso da Entidade Federal Patrocinadora de Entidades da Previdência Privada - EFPP - Valores em R\$

Mês 2000	Data repasse	Total Folha Salário A	Valores repassados Pela patrocinadora B	Relação repasse sobre a folha (%) C=(B/A)*100	Outos valores repassados pela Patrocinadora D	Tota repasses pela patrocinadora E = B+D	Valor contribuição dos beneficiários F	Relação contribuição de beneficiários sobre folha G = (F/A)*100	Total de repasses H = E+F
Janeiro	26.01.2001	11.398,37	1.497,45	13,137	461,59	1.959,04	657,12	5,77	2.616,16
Fevereiro	28.02.2001	11.246,83	1.771,69	15,753	461,59	2.233,28	642,86	5,72	2.876,14
Março	23.03.2001	11.246,83	1.624,46	14,444	472,30	2.096,76	642,86	5,72	2.739,62
Abril	27.04.2001	11.246,83	1.624,46	14,444	493,74	2.118,20	642,86	5,72	2.761,06
Mai	25.05.2001	11.246,84	1.692,76	15,051	482,98	2.175,74	642,86	5,72	2.818,60
Junho	28.06.2001	11.246,83	1.667,52	14,827	482,99	2.150,51	651,77	5,80	2.802,28
Julho	25.07.2001	11.989,52	1.696,72	14,152	483,00	2.179,72	651,77	5,44	2.831,49
Agosto	29.08.2001	12.240,69	1.738,02	14,199	483,00	2.221,02	683,18	5,58	2.904,20
Setembro	25.09.2001	11.591,15	1.822,74	15,725	483,00	2.305,74	669,33	5,77	2.975,07
Outubro	31.10.2001	11.643,29	1.826,89	15,69	483,00	2.309,89	671,42	5,77	2.981,31
Novembro	29.11.2001	11.643,30	1.826,90	15,691	364,93	2.191,83	671,43	5,77	2.863,26
13º salário	10.12.2001	11.643,29	1.129,35	9,7		1.129,35	671,42	5,77	1.800,77
Dezembro	20.12.2001	15.896,93	1.994,20	15,271 + 3,93	483,01	2.477,21	671,43	4,22	3.148,64
Dif dez e 13º Sal assistidos	20.12.2001					463,15			463,15
TOTAL		154.280,70	21.913,16		5.635,13	28.011,44	8.570,31		36.581,75

Obs.:

A: Total da folha de salários pagos pela entidade federal aos participantes do plano previdencial (beneficiários) (excluir salários dos que não participam);

B: Valores repassados pela patrocinadora a título de contribuição em relação á folha de salários no mês de referência e sobre o valor dos participantes assistidos ;

C: Relação percentual entre a contribuição da patrocinadora (B) e o total da folha de salários (A) ;

D: Outros valores repassados pela patrocinadora inclui acerto de dividas, empréstimos, pagamentos de alugueís, outros custos e qualquer outro repasse quenão esteja relacionado com os valores devidos mensalmente sobre a folha de salário, inclusive cobertura de déficits atuáris. Deve ser especificado na coluna (I) o motivo do repasse;

E: Total de valores repassados pela patrocinadora = B + D;

F: Total dos valores transferidos pelos beneficiários participantes dos planos de previdência privada;

G: Relação percentual entre a contribuição dos beneficiários (F) e a folha de salários (A) ;

H: Total de valores repassados para EFPP = E + F;

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia –AHITAR
Instituto de Seguridade Social PORTUS
Demonstrativo de Contribuições
Ano de 2001

Valores em Reais R\$

Mês	Valor da Folha Bruta	Contribuição Patronal	Contribuição Empregados	Contribuição Assistidos	Total
Janeiro	23.350,71	2.632,23	2.309,62	504,44	5.446,29
Fevereiro	23.397,37	2.637,58	3.624,74	504,44	6.766,76
Março	24.424,67	2.701,50	3.009,71	504,44	6.215,65
Abril	25.725,28	2.671,05	3.686,59	536,36	6.894,00
Maiο	25.748,85	2.820,23	3.253,63	536,36	6.610,22
Junho	24.481,51	2.749,90	3.215,71	536,36	6.501,97
Julho	24.766,01	2.703,36	3.087,22	536,36	6.326,94
Agosto	25.629,42	2.908,20	3.463,08	536,36	6.907,64
Setembro	20.254,92	2.625,34	3.392,66	564,31	6.582,31
Outubro	25.280,42	2.768,65	3.442,82	551,34	6.762,81
Novembro	23.608,48	2.658,90	3.396,10	551,34	6.606,34
Dezembro	23.075,98	2.671,57	3.406,00	857,67	6.935,24
13º Salário	23.558,84	2.649,97	1.723,46		4.373,43
Total	313.302,46	35.198,48	41.011,34	6.719,78	82.929,60

OBS - A contribuição Portus dos empregados inclui em seu valor total a contribuição mensal, empréstimo portus e jóia.
A contribuição Portus patronal inclui a contribuição especial, sendo 3,933% sobre o valor da folha bruta.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental –AHIMOR
Instituto de Seguridade Social PORTUS
Demonstrativo de Contribuições
Ano de 2001

Valores em Reais R\$

Mês	Empréstimo	Contribuição Funcion.	Part. Func. Soma	Contribuição Patronal (*)	Contrib. Patronal Parcela Assistedos	Cont. Patronal Res Tempo Serviço	Parte Patronal
Jan	461,59	657,12	1.118,71	657,12	392,03	448,30	1.497,45
Fev	461,59	642,86	1.104,45	642,86	686,49	442,34	1.771,69
Mar	472,30	642,86	1.115,16	642,86	539,26	442,34	1.624,46
Abr	493,74	642,86	1.136,60	642,86	539,26	442,34	1.624,46
Mai	482,98	642,86	1.125,84	642,86	607,56	442,34	1.692,76
Jun	482,99	651,77	1.134,76	651,77	573,41	442,34	1.667,52
Jul	483,00	651,77	1.134,77	651,77	573,41	471,54	1.696,72
Ago	483,00	683,18	1.166,18	683,18	573,41	481,43	1.738,02
Set	483,00	669,33	1.152,33	669,33	697,54	455,87	1.822,74
Out	483,00	671,42	1.154,42	671,42	697,54	457,93	1.826,89
Nov	364,93	671,43	1.036,36	671,43	697,54	457,93	1.826,90
13º Sal	671,42		671,42	671,42	463,15	457,93	1.592,50
Dez	483,01	671,43	1.154,44	671,43	697,54	625,23	1.994,20
Total	6.306,55	7.898,89	14.205,44	8.570,31	7.738,14	6.067,86	22.376,31
				Total Geral			36.581,75

SINDICÂNCIAS, PROCESSOS E DILIGÊNCIAS

No exercício de 2001 a Companhia Docas do Pará - CDP instaurou as seguintes sindicâncias

Ato de Instauração	Objeto	Andamento
Auto de Sindicância nº 01/2001, de 08.03.2001.	Apuração de uso de meios fraudulentos para obter a isenção de pagamento da Taxa de Armazenagem, relativa a supostas doações de bens para a Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba.	<p>Providências da Diretoria:: Solução nº 03/2001, de 30.8.2001.</p> <p>Conclui que não houve procedimento ilícito por parte do Escritório Célia Macedo para com a CDP;</p> <p>Determinou o arquivamento da Sindicância na Secretaria Geral.</p> <p>Aguardando a manifestação da Inspeção da Receita Federal em Belém, que recebeu cópia da Sindicância e está apurando se houve dolo ao Erário Público.</p> <p>Obs.: O Auto de Sindicância está sobrestado com a Secretaria da CAP;.</p>
Auto de Sindicância nº 02/01, de 12/06/01.	Apuração de responsabilidade sobre o desaparecimento de uma câmara fotográfica digital, marca SONY MAVICA, modelo MVC - FD 91, de propriedade da AHIMOR.	<p>Providências da Diretoria: Solução nº 02/2001, de 15.08.2001:</p> <p>Responsabilizou o Eng. SANDRO DIORD RESCINHO AMADOR, empregado da HIDRO CART CARTOGRAFIA LTDA., pelo desaparecimento do referido equipamento;</p> <p>Determinou que a AHIMOR tomasse as providências junto a HIDRO CART, para recebimento da importância correspondente ao bem desaparecido.</p> <p>Obs.: A AHIMOR recebeu uma outra máquina no valor de R\$3.789,00 em 22.10.2001.</p>

PROCESSOS E DILIGÊNCIAS DA SECEX

A Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Pará – SECEX/PA encaminhou à Companhia Docas do Pará – CDP, em 2001 ofícios de diversas naturezas, tendo a empresa apresentado respostas conforme a seguir:

Processo/Ofício	Natureza	Resposta
Ofício nº 871/2000 – SECEX-PA, ref. TC-008.749/2000-6, de 30/11/2000.	Comunica que determinou a Audiência do Diretor Presidente da CDP, para apresentar em 7 (sete) dias, razões de justificativa quanto ao pagamento de R\$ 2.546.697,52 até Maio/2000, à Hidrocart Cartografia Ltda.(Contrato nº 98/004/00).	Cartas Dirpre nº 23/01, de 12/01/2001 e nº 47/01, de 23/01/2001.
Ofício nº 081/2001- SECEX-PA, ref. TC-010.349/2000-1, de 05/03/2001.	Diligência complementar com fulcro no art. 11, da Lei 8.443/92, c/c o art. 140 do Regimento Interno/TCU, com prazo de 15 dias p/ encaminhar à Secex a documentação necessária, das informações reclamadas neste processo.	Cartas Dirpre nº 147/01, de 20/03/2001 e nº 180/01, de 30/04/2001.
Ofício nº 114/2001- SECEX-PA, ref. TC-014.002/1999-0, de 19/03/2001.	Determina que o Presidente da CDP apresente no prazo de 15 dias razões de justificativa referente às etapas do licenciamento ambiental, resultando em injustificado dano ao erário em vista da necessidade de anular a Concorrência 01/SETRAM/CDP/AHIMOR/98.	Carta s/n do Advogado Walter Costa Porto OAB-DF nº 000.474.574-49, protocolada no TCU em 16/04/2001, sob nº 14.002/99-0
Ofício nº 176/2001 – SECEX-PA, ref. Proc. TC-008.749/2000-6 de 16/04/2001.	Comunicação da 1ª Câmara do TCU sobre deliberação no Proc. TC nº 008.749/2000-6, ref. a auditoria do Programa de Trabalho 26.784.0237.5749.0005(Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia - Tocantins – Hidrovia do Capim), determinando à CDP, emissão de ordens de serviço específicas por hidrovia, com detalhamento dos serviços.	Carta Dirpre nº 214/2001, de 17/04/2001.

CONVÊNIO 001/95 – UNIÃO/DHI/CDP/ AHITAR

Em razão do Convênio acima mencionado, firmado com a União, foram repassados:

Posição em dezembro/01

Cat. Econômica	Valor	Efetivamente Gasto	Saldo
3414.39	840.000,00	840.000,00	0,00
4514.51	7.700.401,00	7.700.401,00	0,00
4590.51	11.256.500,00	11.256.500,00	0,00
4590.52	600.000,00	600.000,00	0,00
4590.52 Outras Receitas	15.609,65	15.609,65	0,00
4490.51	4.780.000,00	4.419.613,94	360.386,06
TOTAIS	25.192.510,65	24.832.124,59	360.386,06

O Saldo não aplicado em 2.001 foi transferido para o exercício de 2.002 através de Termo Aditivo ao Convênio 001/95.

Valor total de repasse em 2001 referente ao Convênio 001/95 – R\$ 330.000,00 (Trezentos e Trinta Mil Reais).

RESSARCIMENTO

Cat. Econômica	Valor Orçamento	Efetivamente Gasto	Saldo
3390.39	3.878.202,00	2.089.356,86	1.788.845,14
4490.93	477.000,00	266.386,23	210.613,77
TOTAL	4.355.202,00	2.355.743,09	1.999.458,91

RESUMO LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

CDP/AHIMOR

Posição em 31.12.2001

CONVÊNIO 001/95 - UNIÃO/CDP

AHIMOR

Cat. Econômica	Valor Liberado	Efetivamente Gasto	Saldo
3414.39	480.000,00	480.000,00	0,00
4514.51	240.000,00	240.000,00	0,00
4590.51	9.878.000,00	9.401.110,61	476.889,39
4490.51	8.160.000,00	7.355.591,30	804.408,70
TOTAL	18.758.000,00	17.476.701,91	1.281.298,09

Nota:: 1) O saldo não aplicado em 2001 foi transferido para o exercício de 2002 mediante Termo Aditivo ao Convênio 001/95;

2) Valor liberado OGU 2001: R\$ 1.040.000,00 (um milhão e quarenta mil reais).

RESSARCIMENTO CDP/AHIMOR.

Cat. Econômica	Valor Liberado	Efetivamente Gasto	Saldo
3390.00	2.927.510,00	2.927.510,00	0,00
4490.00	352.600,00	352.600,00	0,00
TOTAL	3.280.110,00	3.280.110,00	0,00

AUDITORIAS

As auditorias realizadas pela Gerência Regional de Controle Interno no Pará, no ano de 2001, são apresentadas, resumidamente, no quadro demonstrativo abaixo.

As providências necessárias para atender às recomendações dos Órgãos de Controle foram todas implementadas.

Processo/ Ofício	Natureza	Resposta
Ofício nº 003/GRCI-PA, de 05/01/2001.	Relatório Preliminar da Auditoria de Acompanhamento nº 065718, referente ao período de 01.01.2000 a 30.09.2000.	Carta Dirpre nº 75/2001, de 14/02/2001.
Ofício nº 207/GRCI-PA, de 28/05/2001.	Encaminha Relatório de Auditoria de Gestão nº 068966, ref. ao período de 01.01.2000 a 31.12.2000.	Carta Dirpre nº 313/2001, de 19/06/01.

FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

Durante o exercício de 2001 a Companhia Docas do Pará - CDP não utilizou financiamentos com recursos externos



Av. Presidente Vargas, 41 – Centro
Cep-66010-000 – Belém – Pará